

# *OVERVIEW* DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

# ÍNDICE

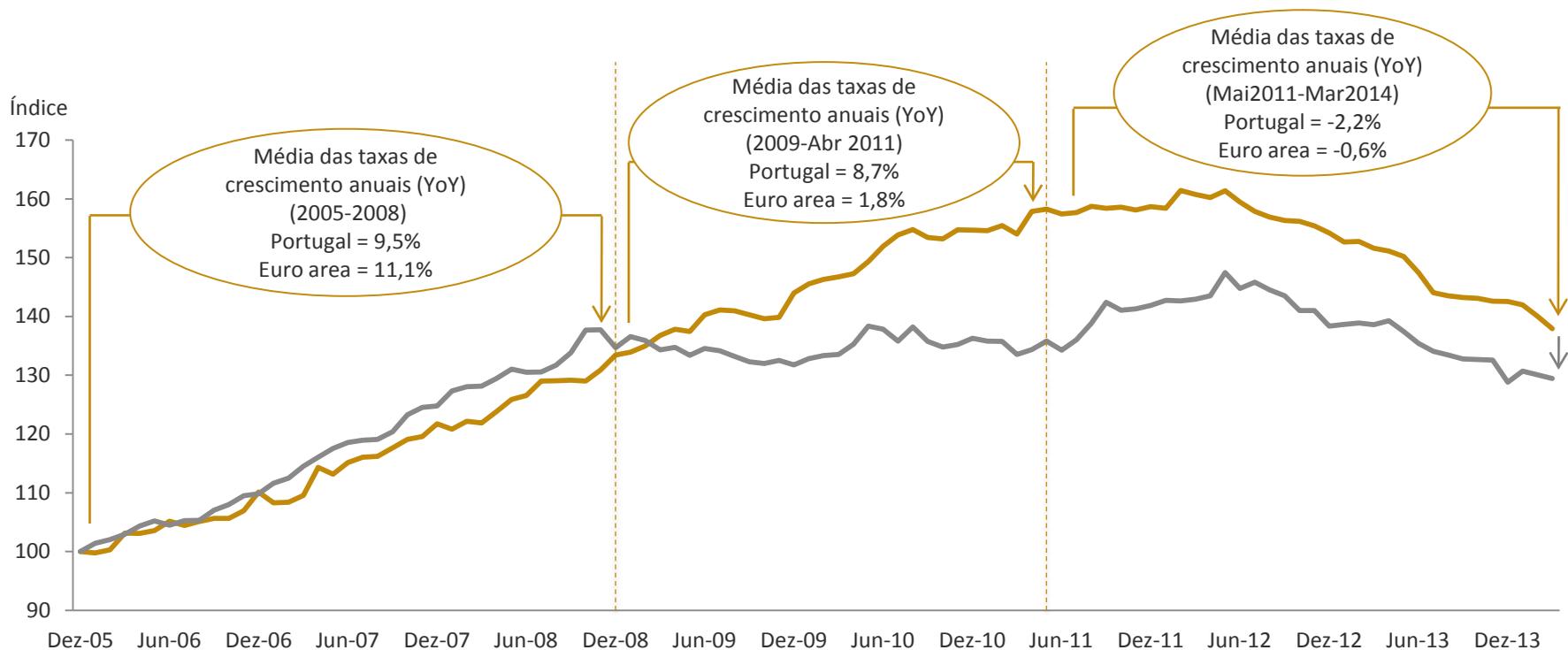
- I. Importância do Sector Bancário na Economia
- II. Actividade de Crédito
- III. Financiamento
- IV. Solvabilidade
- V. Regimes de Recapitalização Pública e de Concessão de Garantias Pessoais pelo Estado a favor das Instituições de Crédito
- VI. Rentabilidade

# ***OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS***

## **I. Importância do Sector Bancário na Economia**

Contrariamente ao ocorrido na área do Euro, a crise financeira de 2008 não abrandou o crescimento dos activos totais dos bancos portugueses.

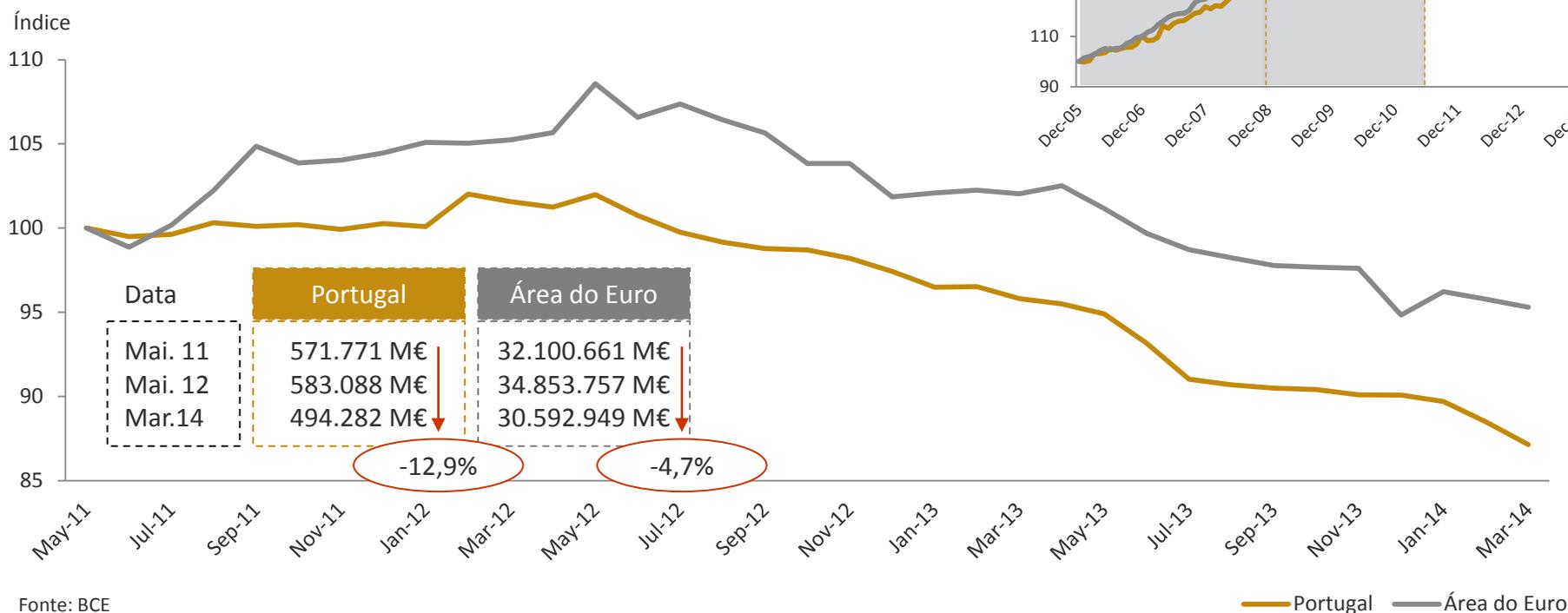
### Evolução dos activos totais do sector bancário (Dez. 2005=100)



Fonte: BCE

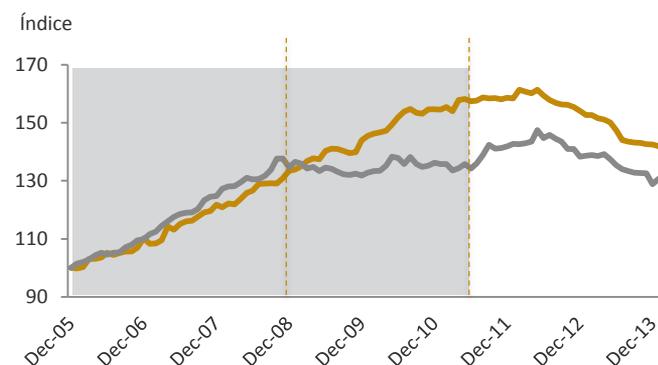
Os bancos portugueses iniciaram acções com vista ao processo de desalavancagem depois do início do Programa de Assistência Económica e Financeira. Os seus efeitos tornaram-se visíveis após Maio de 2012.

**Evolução dos activos totais do sector bancário (Mai. 2011=100)**



Fonte: BCE

**Evolução dos activos totais do sector bancário (Dez. 2005=100)**



O sector bancário português tem um papel importante na economia. O peso dos seus activos no PIB nacional é semelhante ao observado na área do Euro.

### Activos totais do sector bancário em proporção do PIB\*, em Portugal e na área do Euro

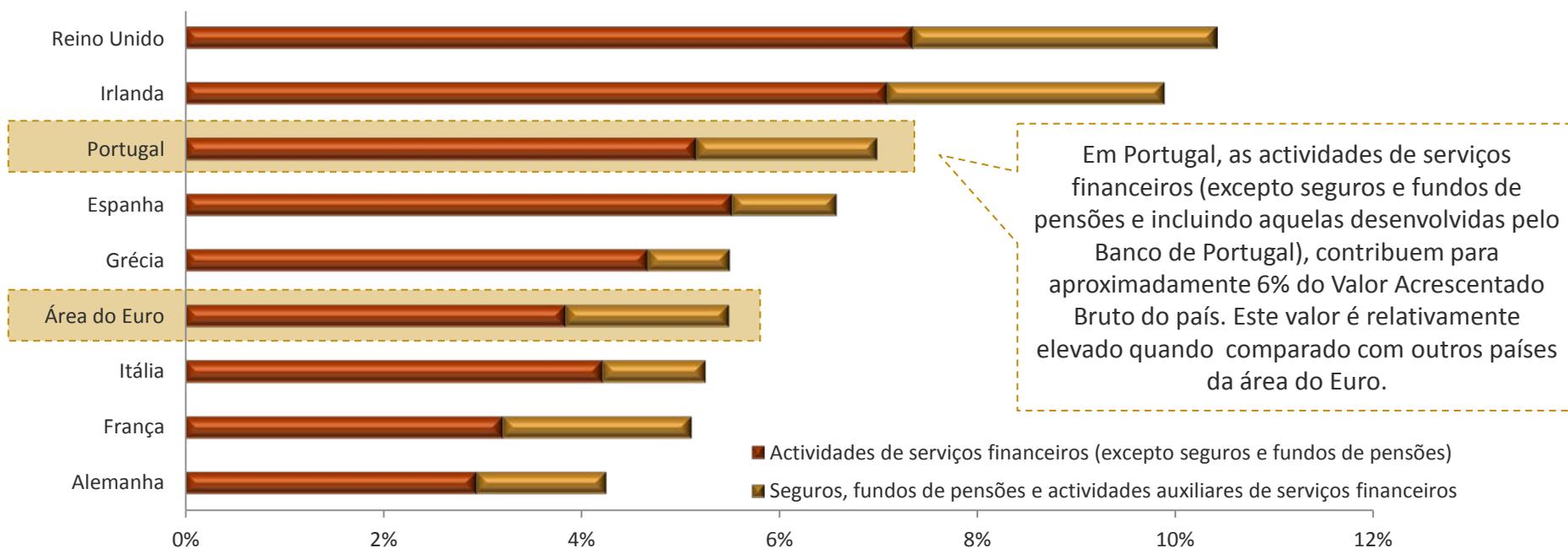


\* Produto Interno Bruto (nominal).

Fonte: BCE

## Em Portugal, a contribuição das actividades de serviços financeiros para o Valor Acrescentado Bruto nacional situa-se acima dos valores da área do Euro.

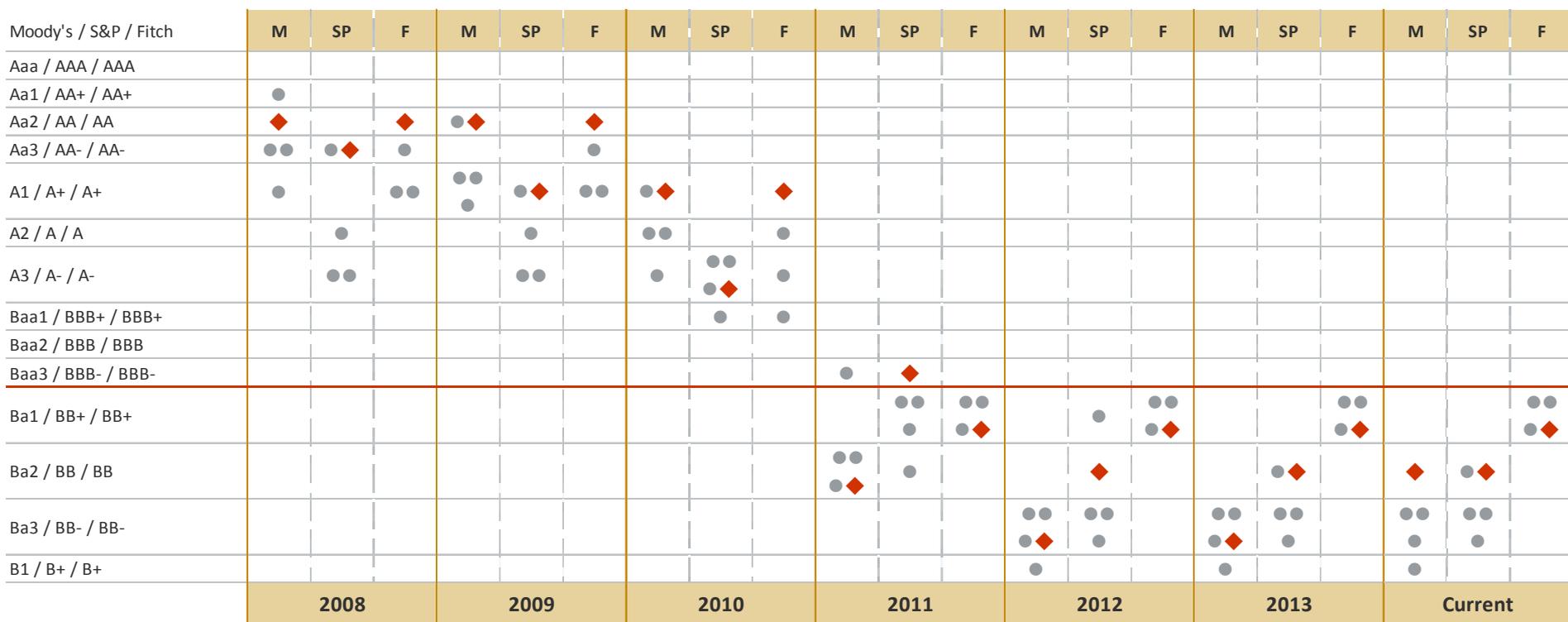
### VAB das actividades de serviços financeiros em proporção do VAB total, em Portugal e noutros países da União Europeia (2009)



Fonte: Eurostat, INE, Central Statistics Office Ireland

# Os *downgrades* do risco da República Portuguesa afectaram negativamente os *ratings* dos bancos portugueses.

Evolução dos ratings da República Portuguesa e dos bancos portugueses pela Moody's, pela S&P e pela Fitch



Fim do ano

◆ República Portuguesa  
● Bancos portugueses

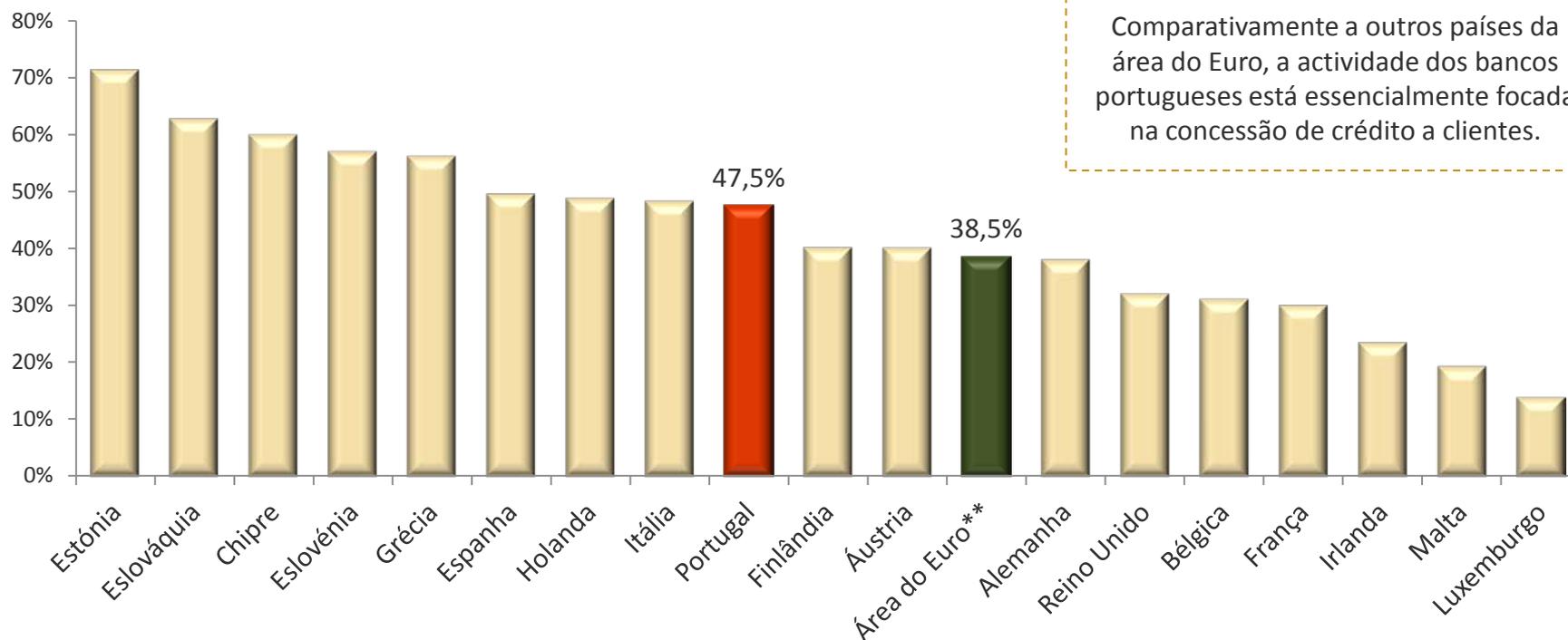
Fonte: Bloomberg

# ***OVERVIEW* DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS**

## II. Actividade de Crédito

## Na banca portuguesa, o crédito a clientes absorve quase 50% dos activos totais.

### Crédito a clientes\* em proporção dos activos totais (Dezembro 2013)



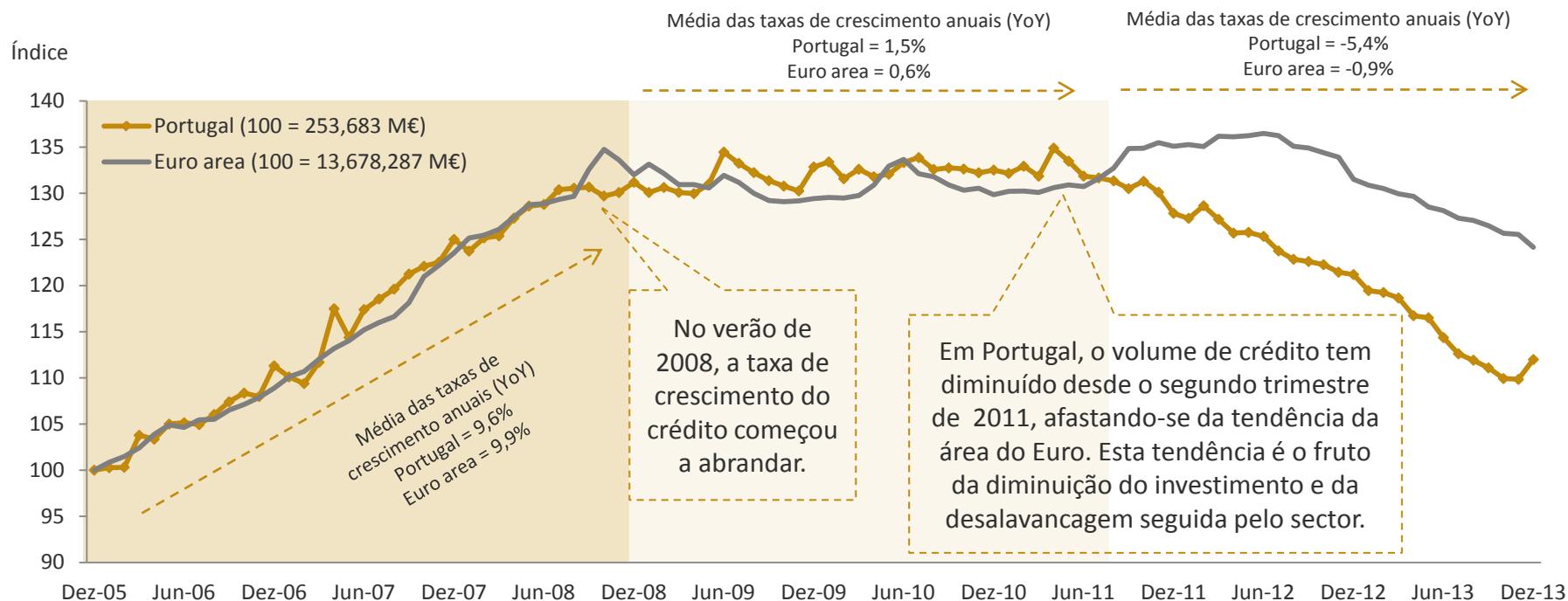
\* Empréstimos ao sector não monetário (saldos brutos em fim de mês).

\*\* Valores agregados.

Fonte: BCE

No período que antecedeu a crise financeira, o volume de crédito revelou uma forte tendência crescente, tanto em Portugal como na área do Euro.

**Evolução do crédito\* em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)**

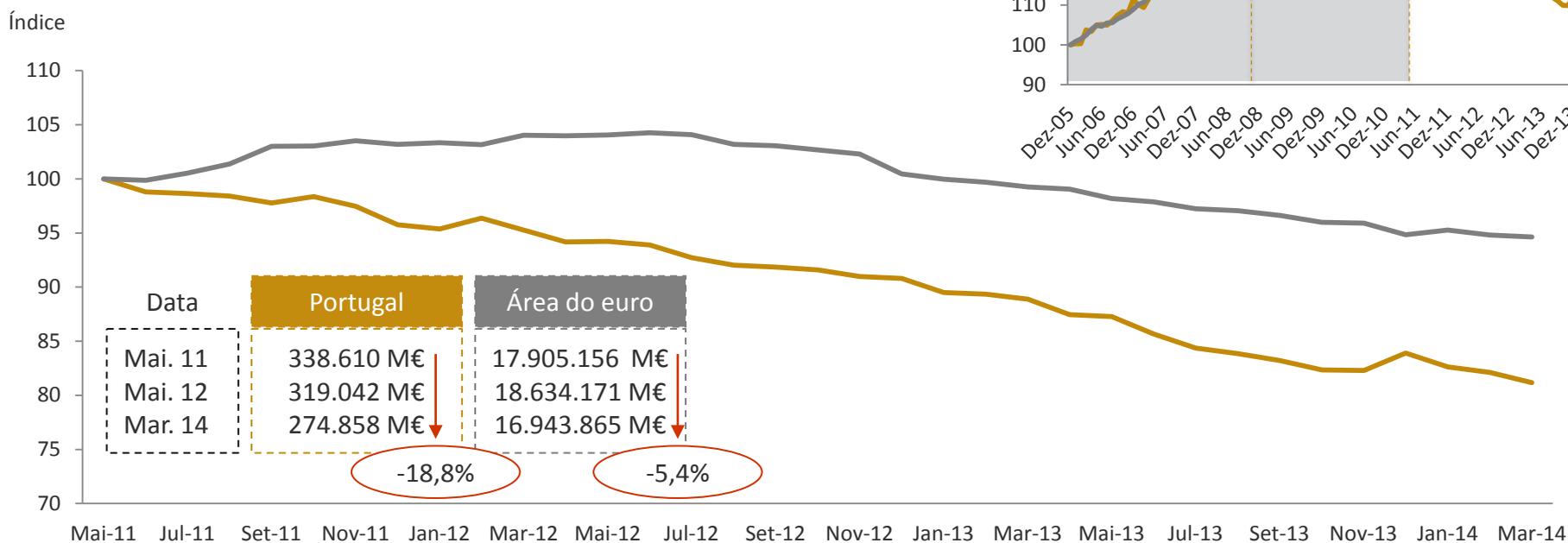


\* Empréstimos aos sectores monetário e não monetário (saldos brutos em fim de mês).

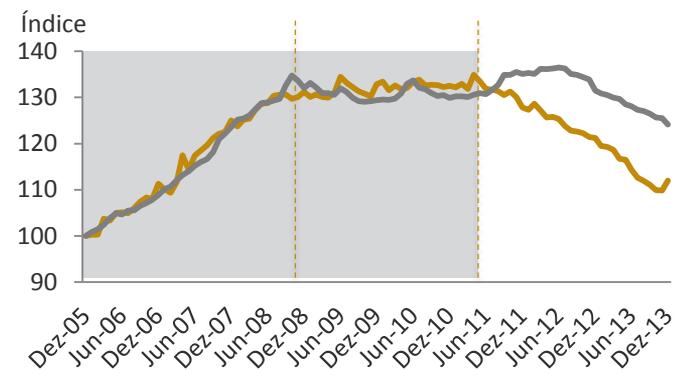
Fonte: BCE

# Depois da crise soberana afectar Portugal, o volume de crédito diminuiu mais do que na área do euro.

**Evolução do crédito\* em Portugal e na área do Euro (Mai. 2011=100)**



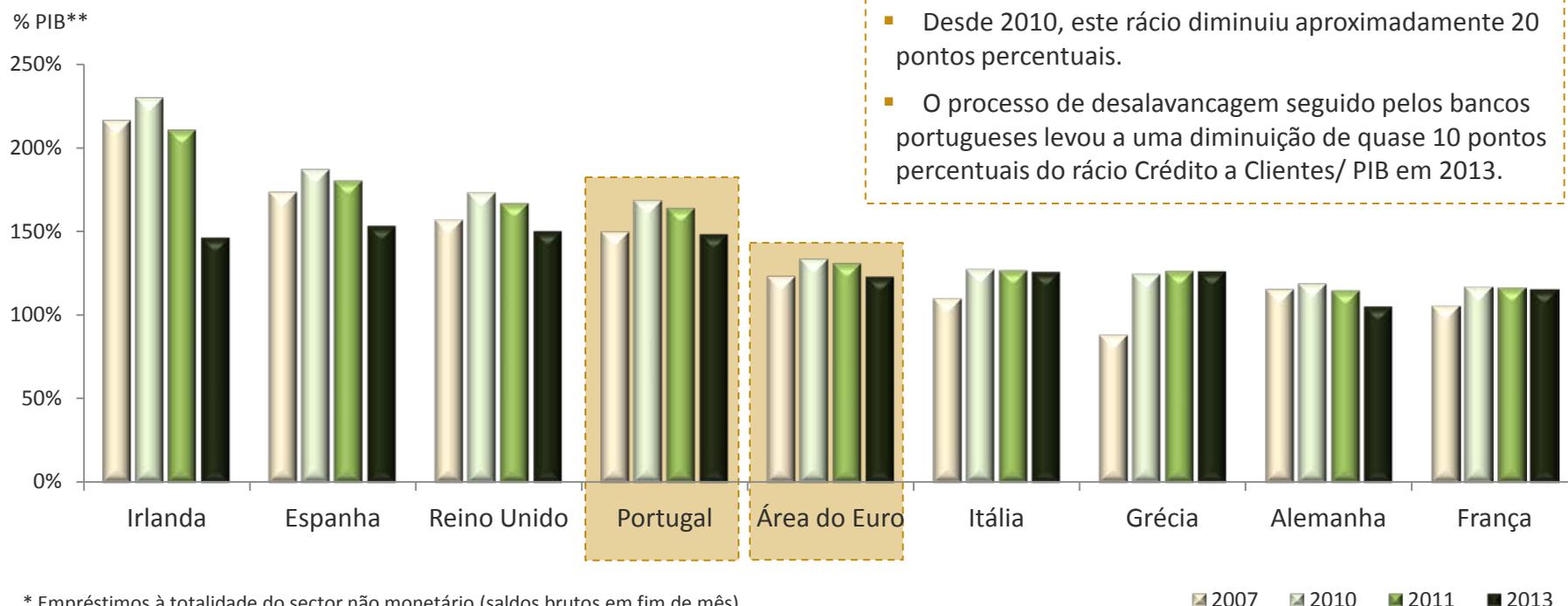
**Evolução do crédito\* em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)**



\* Empréstimos aos sectores monetário e não monetário (saldos brutos em fim de mês).

Apesar da redução do Rácio Crédito / PIB desde 2010, o nível de endividamento bancário da economia portuguesa ainda é elevado, face ao contexto europeu.

### Rácio Crédito a Clientes\* / PIB\*\*



- No final de 2013, o crédito a clientes em Portugal representava cerca de 148% do PIB nominal.
- Desde 2010, este rácio diminuiu aproximadamente 20 pontos percentuais.
- O processo de desalavancagem seguido pelos bancos portugueses levou a uma diminuição de quase 10 pontos percentuais do rácio Crédito a Clientes/ PIB em 2013.

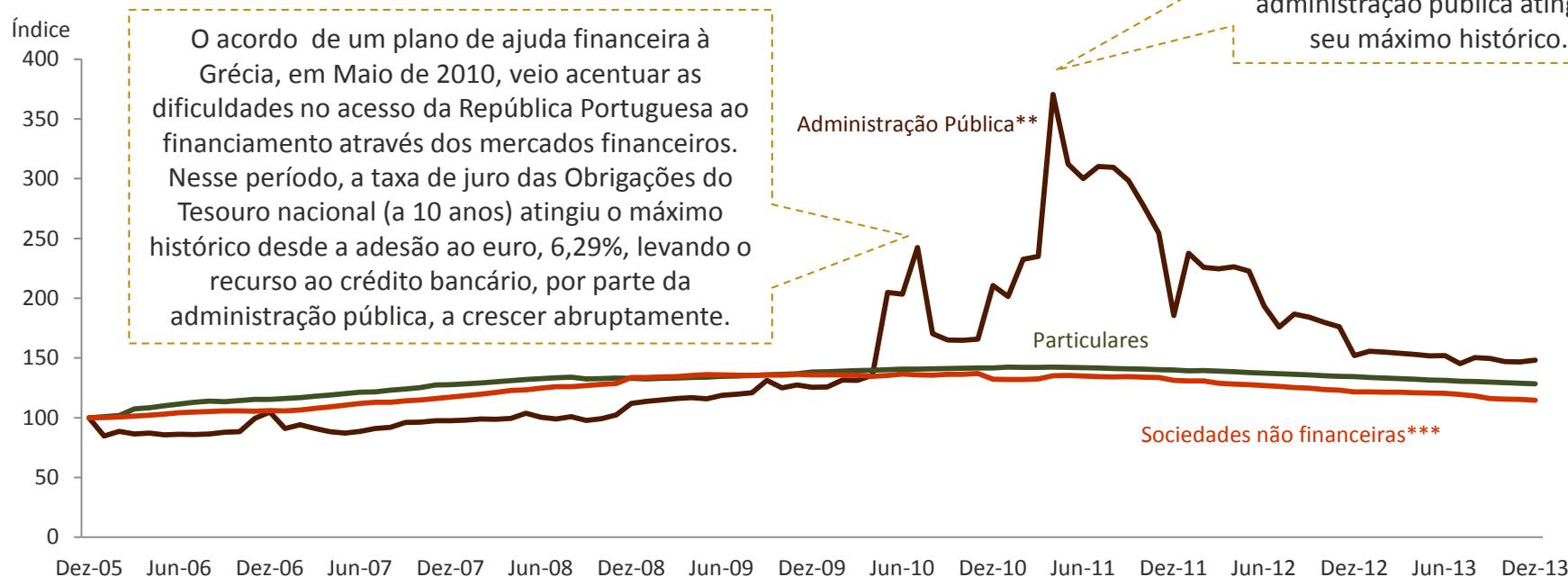
\* Empréstimos à totalidade do sector não monetário (saldos brutos em fim de mês).

\*\* Produto Interno Bruto (nominal).

Fonte: BCE, Eurostat

## Os *stocks* de crédito a particulares e sociedades não financeiras demonstram evoluções divergentes face ao *stock* de crédito à administração pública.

### Evolução do volume de crédito\* por sector institucional (Dez. 2005=100)



\* Saldos brutos em fim de mês.

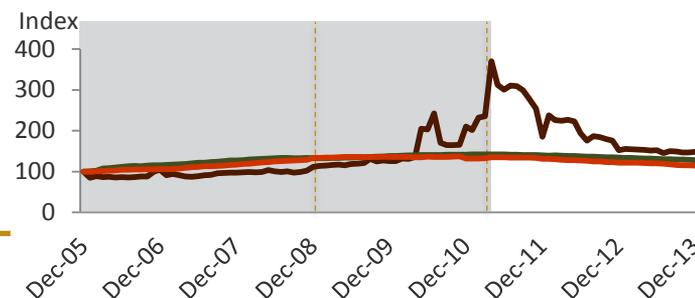
\*\* Inclui apenas empréstimos (não inclui títulos de dívida pública).

\*\*\* Inclui empresas públicas.

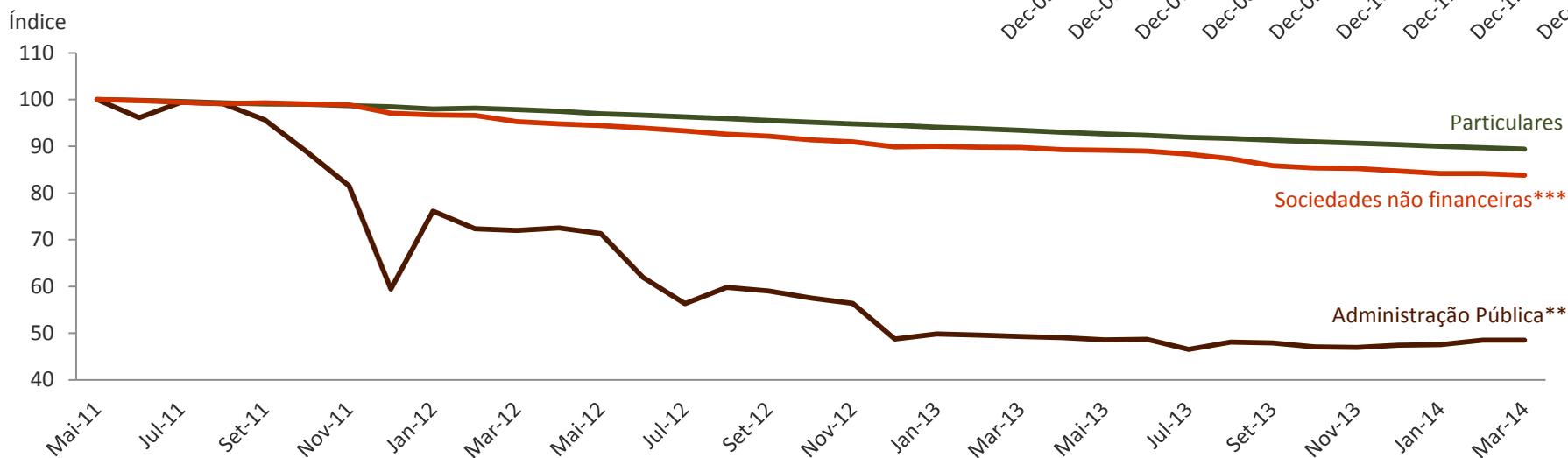
Fonte: Banco de Portugal

No entanto, desde o início do PAEF, o *stock* de crédito à administração pública diminuiu a uma escala maior que o *stock* de crédito as famílias e a sociedade não financeiras.

Evolução do volume de crédito\* por sector institucional (Dez. 2005=100)



Evolução do volume de crédito\* por sector institucional (Mai. 2011=100)



\* Saldos brutos em fim de mês.

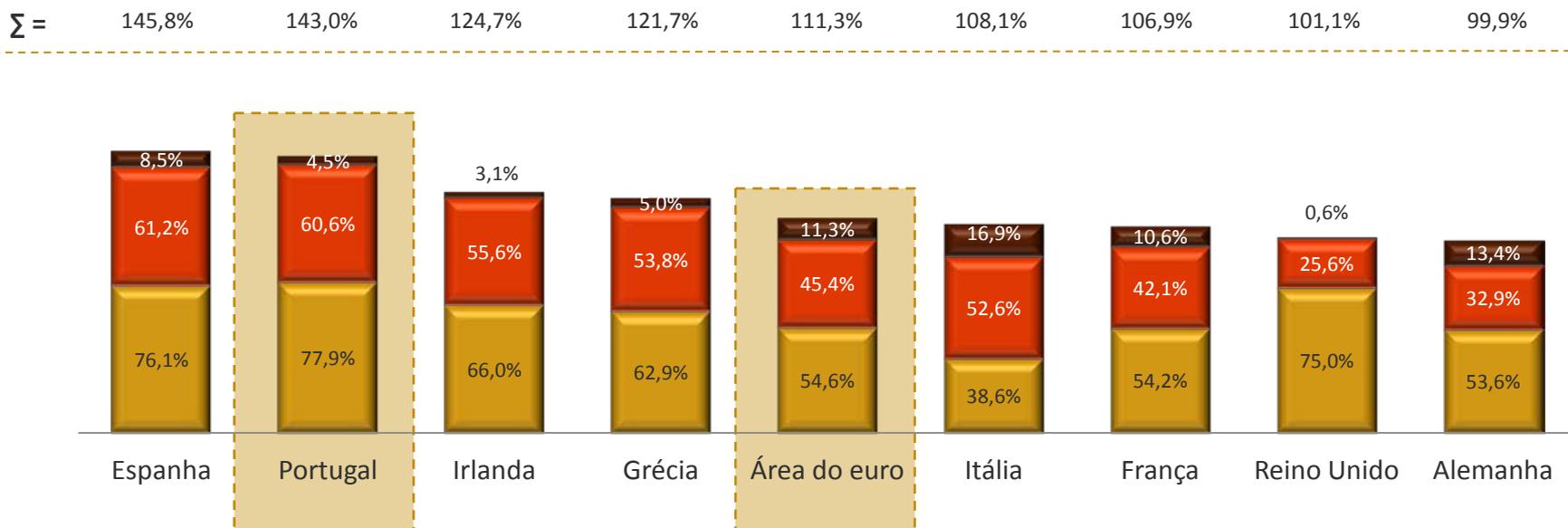
\*\* Inclui apenas empréstimos (não inclui títulos de dívida pública).

\*\*\* Inclui empresas públicas.

Fonte: Banco de Portugal

Em Portugal, os particulares e as sociedades não financeiras revelam uma maior dependência do crédito bancário do que na área do Euro.

**Peso do crédito a particulares, sociedades não financeiras e administração pública no PIB\*, em Portugal e noutros países da União Europeia (Dezembro 2013)**



\* Produto Interno Bruto (nominal).

\*\* Inclui apenas empréstimos (não inclui títulos de dívida pública).

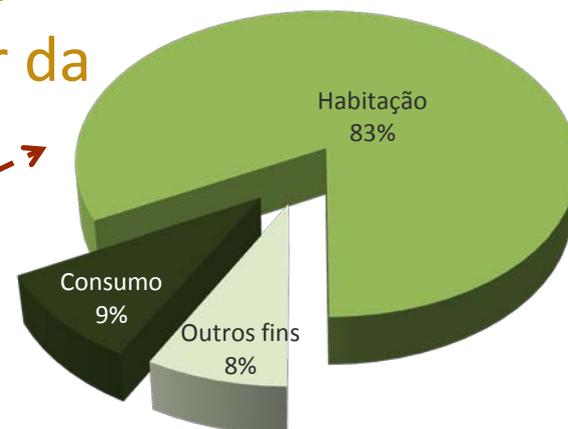
\*\*\* Inclui empresas públicas.

■ Administração pública\*\* ■ Sociedades não financeiras\*\*\* ■ Particulares

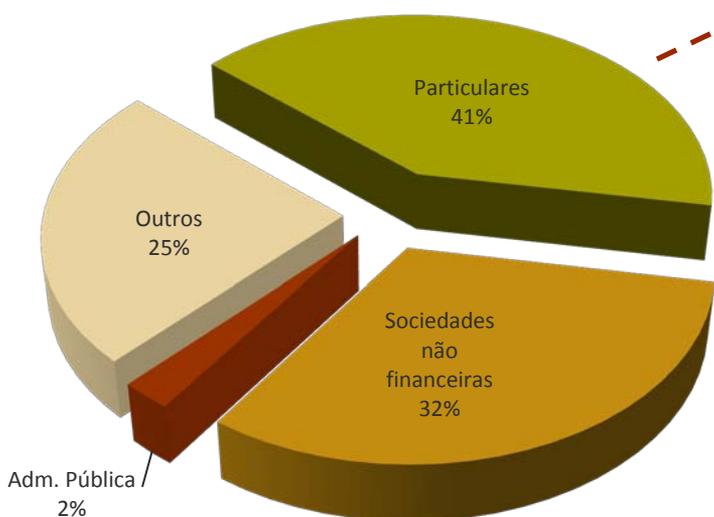
Fonte: Ameco, BCE

Se o crédito a particulares é maioritariamente para habitação, o crédito a sociedades não financeiras destina-se sobretudo ao sector da construção e do imobiliário.

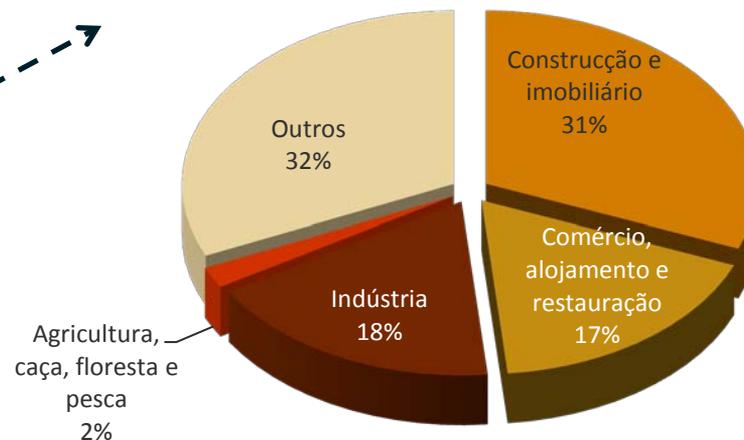
**Crédito a particulares**



**Crédito\* (Dezembro 2013)**



**Crédito a sociedades não financeiras**

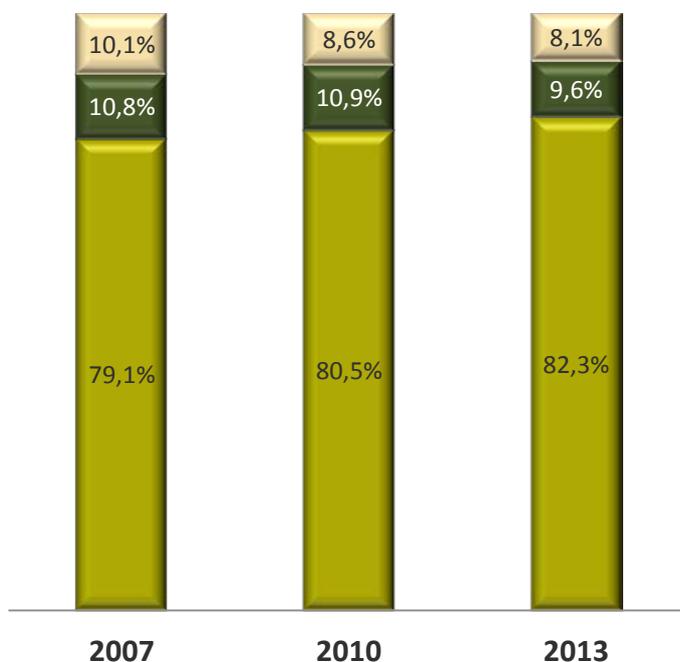


\* Empréstimos aos sectores monetário e não monetário, incluindo não residentes (saldos brutos em fim de mês).

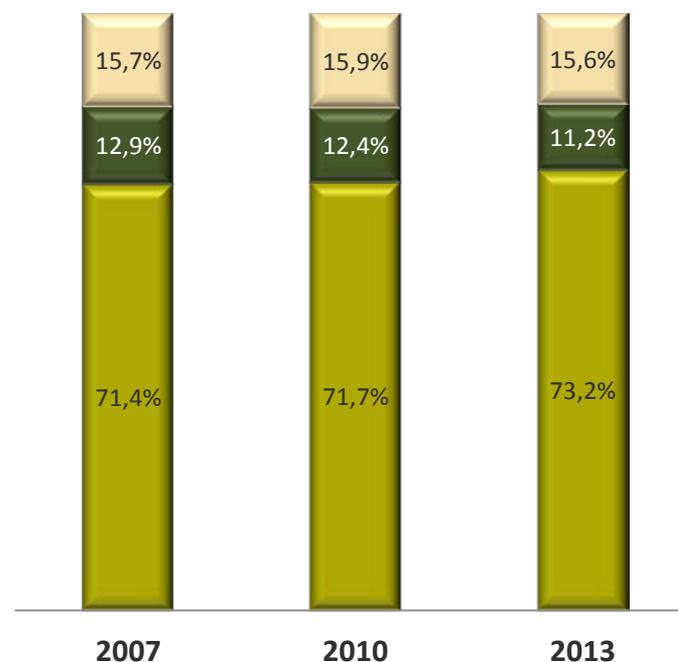
Fonte: Banco de Portugal

Em Portugal, a proporção do crédito à habitação no total do crédito concedido a particulares tem maior expressão do que na área do Euro.

### Portugal



### Área do Euro

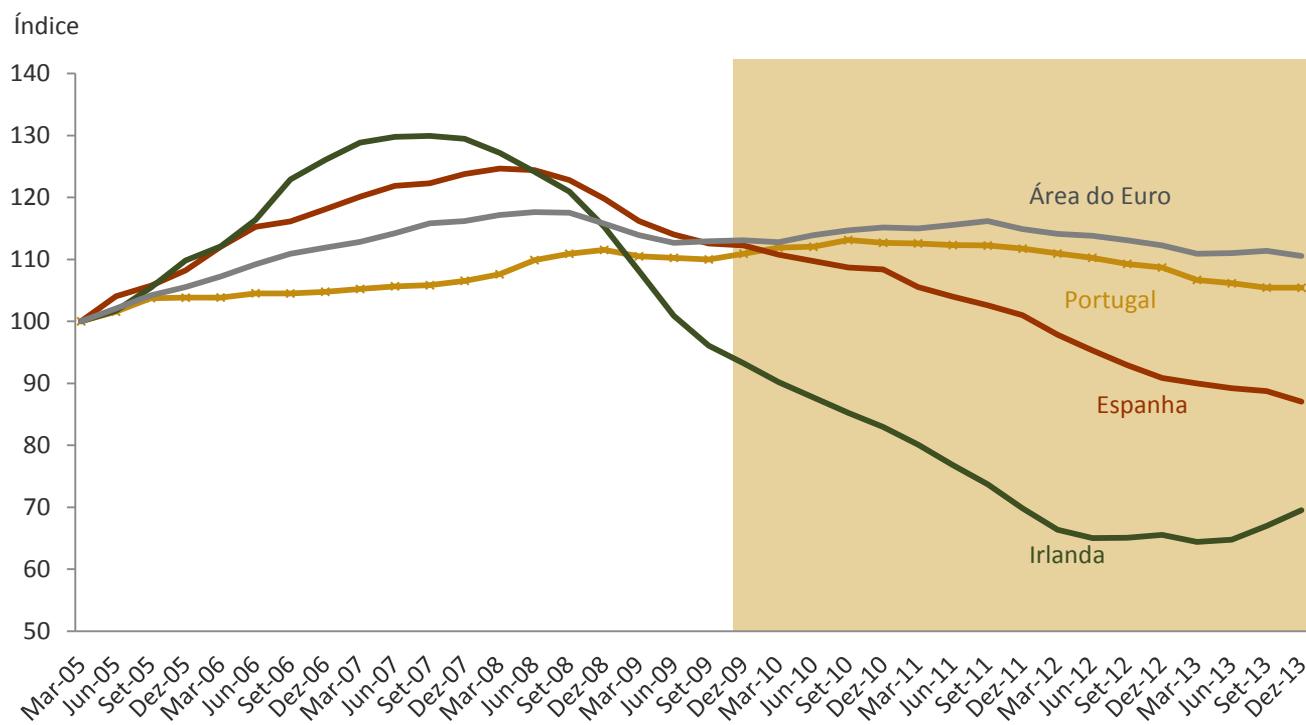


O peso do crédito ao consumo no total do crédito concedido a particulares tem vindo a diminuir tanto em Portugal como na área do Euro. Contudo, este tipo de crédito é menos relevante no caso português do que na área do Euro.

■ Outros fins ■ Consumo ■ Habitación

A evolução dos preços da habitação em Portugal tem sido relativamente estável quando comparada com a de outros países da área do Euro.

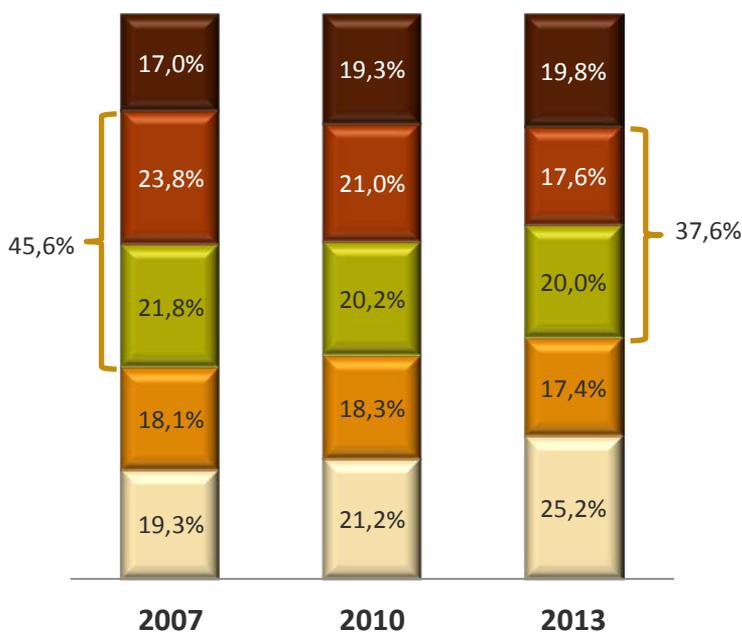
Índice de preços da habitação, em Portugal e noutros países da área do Euro (Mar. 2005=100)



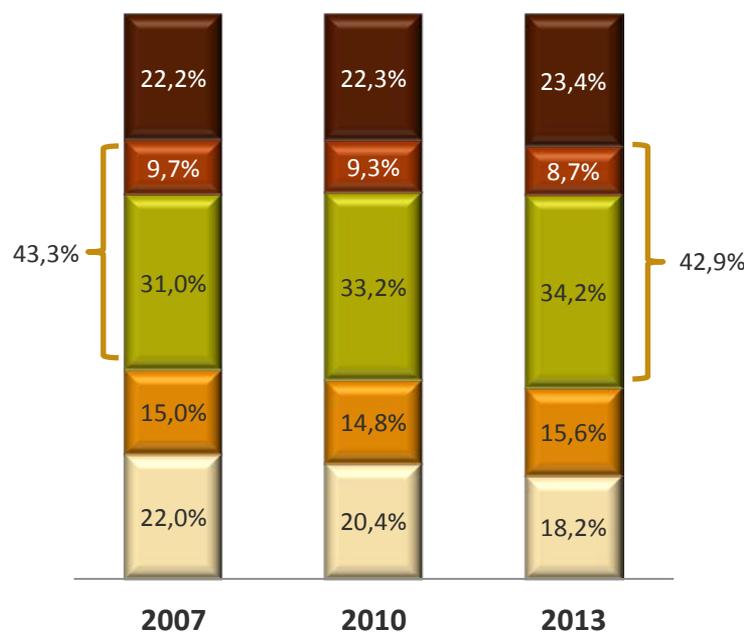
Apesar da crise do *sub-prime*, os preços da habitação em Portugal mantiveram-se relativamente constantes. O sector imobiliário não foi alvo de *boom* especulativo, ao contrário do que aconteceu em Espanha e na Irlanda.

Na área do Euro, o sector das actividades imobiliárias absorve a maior proporção do total do crédito a sociedades não financeiras.

### Portugal



### Área do Euro



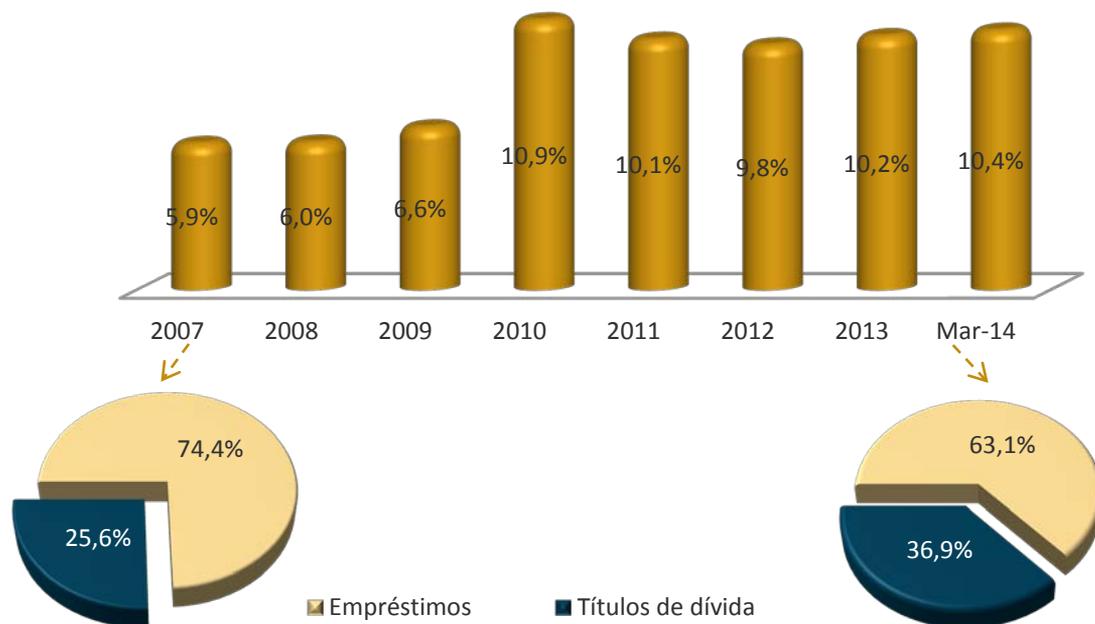
Em Portugal, o peso dos sectores da construção e do imobiliário, em termos agregados, tem vindo a diminuir desde 2007. Por oposição, na área do euro, a proporção destes sectores aumentou até 2012 por força da actividade imobiliária. Contudo, mais recentemente, tem vindo a decrescer também.

■ Agricultura e indústria ■ Construção ■ Actividades imobiliárias, de consultoria, técnicas e administrativas ■ Comércio, alojamento e restauração ■ Outros

Fonte: Banco de Portugal, BCE

No entanto, as empresas públicas representam cerca de 10% da dívida total das sociedades não financeiras ao sector financeiro residente.

### Crédito a sociedades não financeiras públicas em Portugal\*



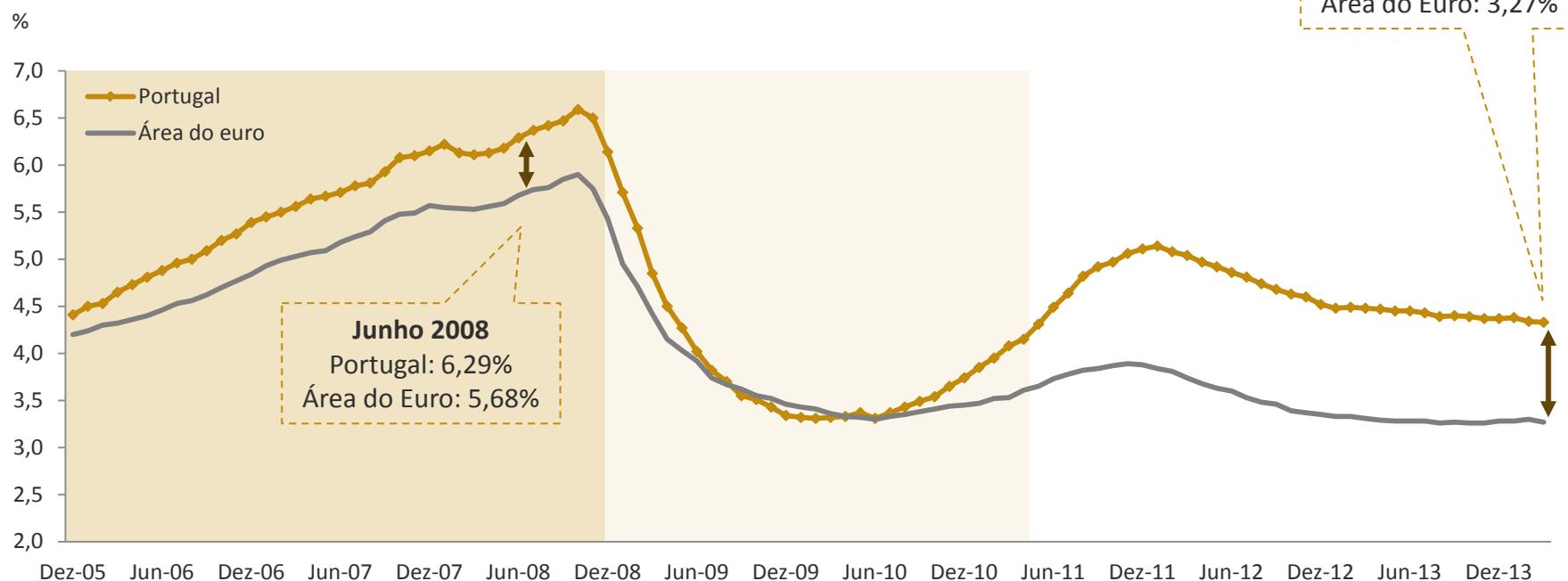
Em Portugal, o crédito ao Sector Empresarial do Estado absorve uma parte significativa do total do crédito a sociedades não financeiras. Ainda assim, aumentou substancialmente desde 2009.

\* Em percentagem dos saldos de empréstimos contraídos e títulos de dívida emitidos por empresas não financeiras face ao sector financeiro residente. O conceito de sector financeiro residente inclui não apenas bancos, mas também outras instituições financeiras.

Fonte: Banco de Portugal

## O diferencial entre as taxas de juro de novos empréstimos a sociedades não financeiras em Portugal e na área do Euro aumentou depois do início da crise da dívida soberana.

**Evolução das taxas de juro médias dos empréstimos de instituições financeiras monetárias a sociedades não financeiras (stock em balanço) em Portugal e na área do Euro**



Fonte: BCE

## O crédito em cobrança duvidosa aumentou desde 2008, especialmente no segmento empresarial.

**Crédito em cobrança duvidosa\* em percentagem do crédito total correspondente**



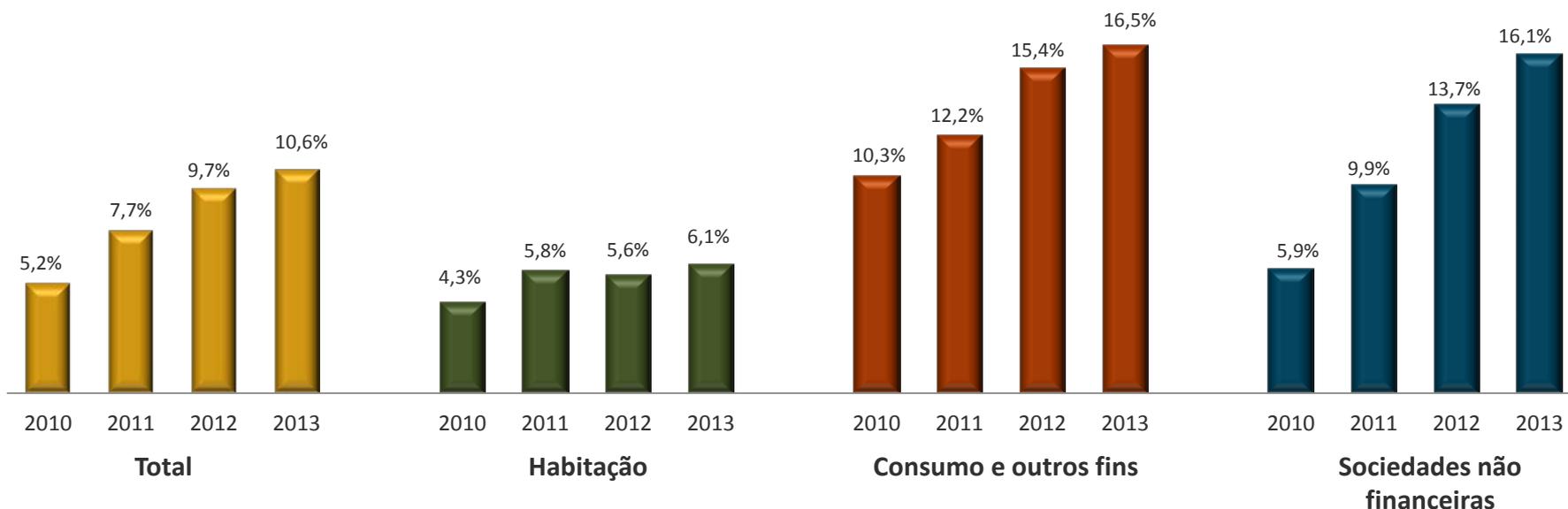
\* Prestações vencidas (pelo menos 30 dias) e prestações futuras de cobrança duvidosa.

Fonte: Banco de Portugal

Em 2011, após os requisitos do PAEF, o Banco de Portugal introduziu um novo rácio do crédito em risco (NPLs) em linha com as práticas internacionais.

**Crédito em risco\* em percentagem do crédito total correspondente**

O novo rácio inclui a totalidade do crédito com incumprimento e não apenas o montante vencido.



\* Inclui o valor total em dívida do crédito que tenha prestações de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias; dos créditos reestruturados, cujos pagamentos de capital ou juros, tendo estado vencidos por um período igual ou superior a 90 dias, tenham sido capitalizados, refinanciados ou postecipada a sua data de pagamento, sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos; e do crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação com crédito em risco.

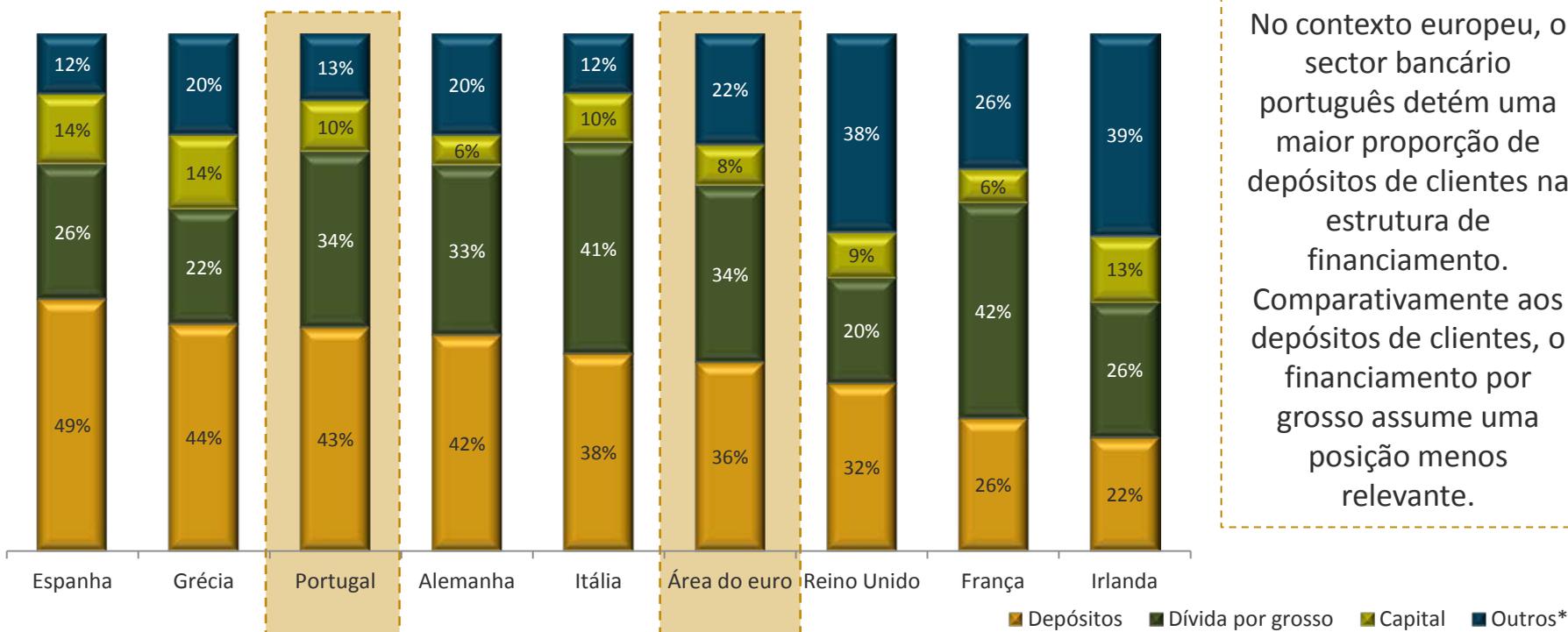
Fonte: Banco de Portugal

# ***OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS***

## III. Financiamento

## Os depósitos de clientes constituem a fonte mais importante de financiamento dos bancos portugueses.

Comparação da estrutura de financiamento dos bancos portugueses com a de outros países da União Europeia (Dezembro 2013)



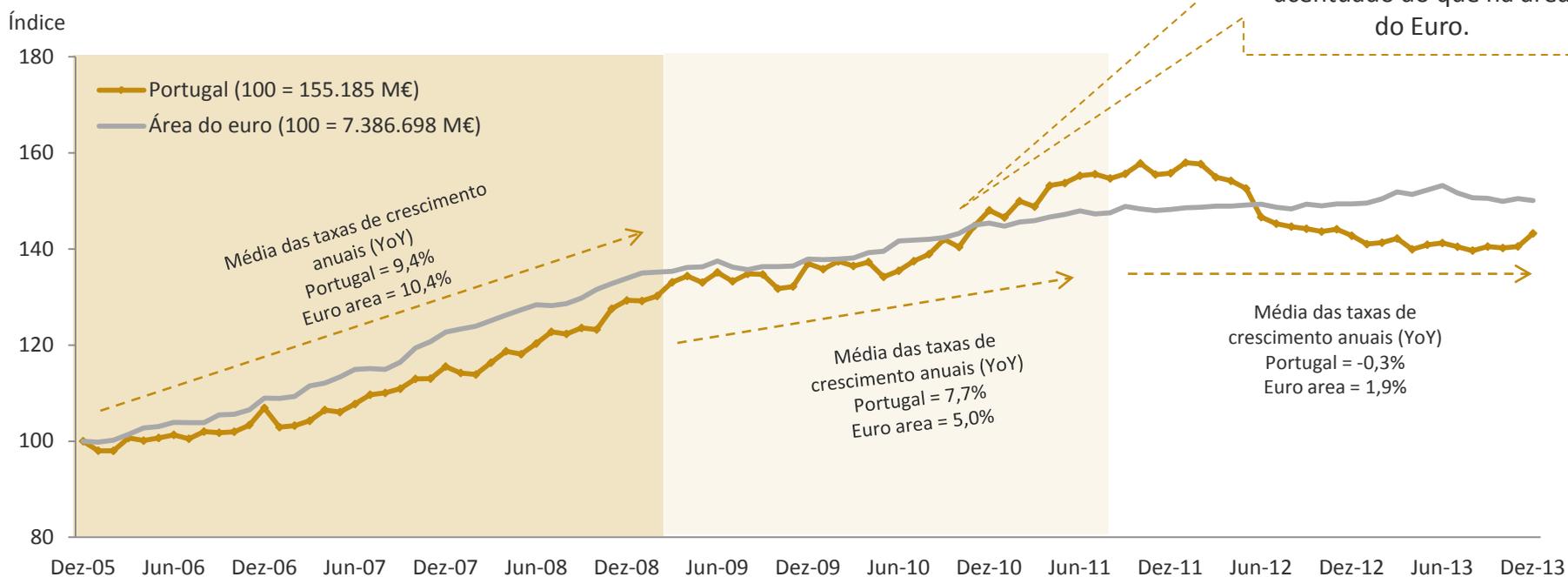
No contexto europeu, o sector bancário português detém uma maior proporção de depósitos de clientes na estrutura de financiamento. Comparativamente aos depósitos de clientes, o financiamento por grosso assume uma posição menos relevante.

\* Inclui responsabilidades com entidades não residentes na área do Euro, excepto para o Reino Unido em que inclui responsabilidades com não residentes no país.

Fonte: BCE

# A tendência de crescimento dos depósitos em Portugal revela algumas divergências face à da área do Euro.

## Evolução dos depósitos\* em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)



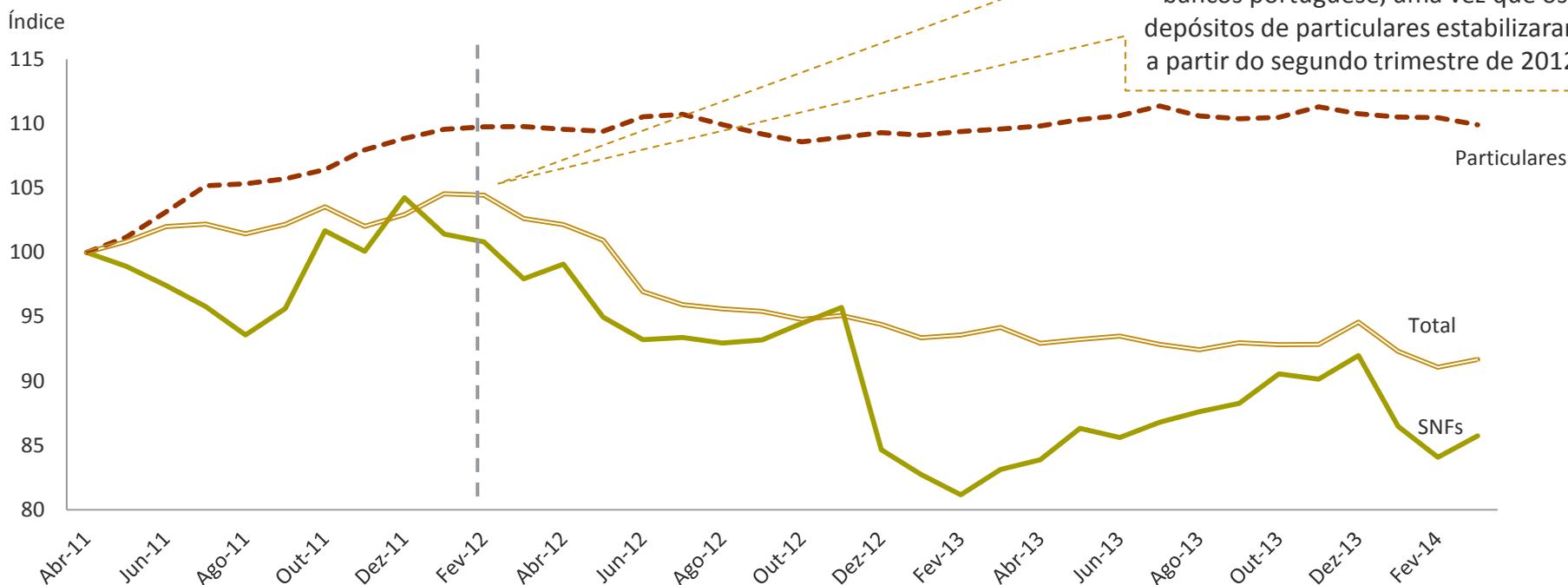
\* Depósitos do sector não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: BCE

## Não obstante a austeridade imposta pelo PAEF em Portugal, os depósitos das famílias continuaram a crescer até um ano após o início do Programa.

Desde o início de 2012, as sociedades não financeiras portuguesas têm vindo a reduzir o seu montante de depósitos devido às dificuldades financeiras que têm enfrentado. Esta tendência tem levado à redução dos depósitos dos bancos portugueses, uma vez que os depósitos de particulares estabilizaram a partir do segundo trimestre de 2012.

**Evolução dos depósitos\* em Portugal, por sector institucional (Abr. 2011 = 100)**

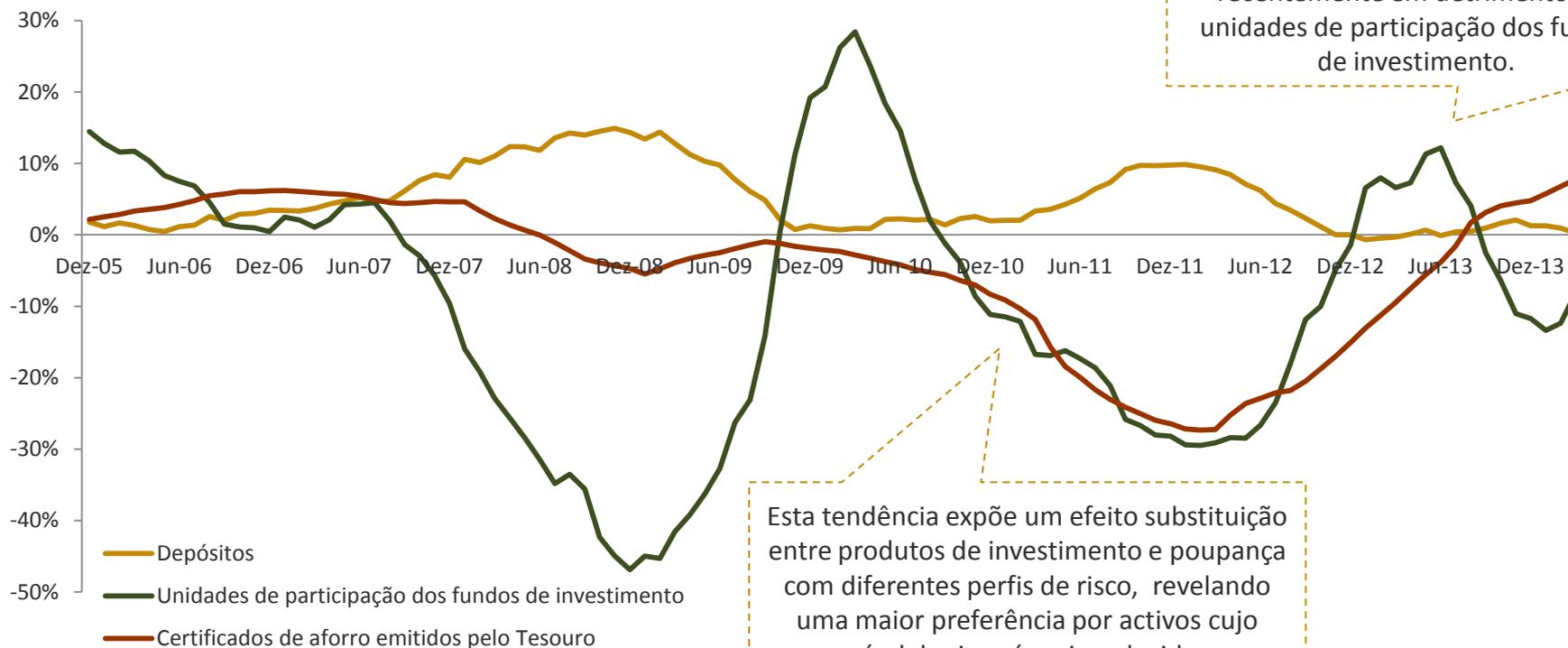


\* Depósitos do sector não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: Banco de Portugal

## Em 2011, o crescimento dos depósitos de particulares coincidiu com a diminuição das suas unidades de participação em fundos de investimento.

### Taxas de crescimento dos depósitos, unidades de participação em fundos de investimento e certificados de aforro detidos por particulares, em Portugal (YoY)



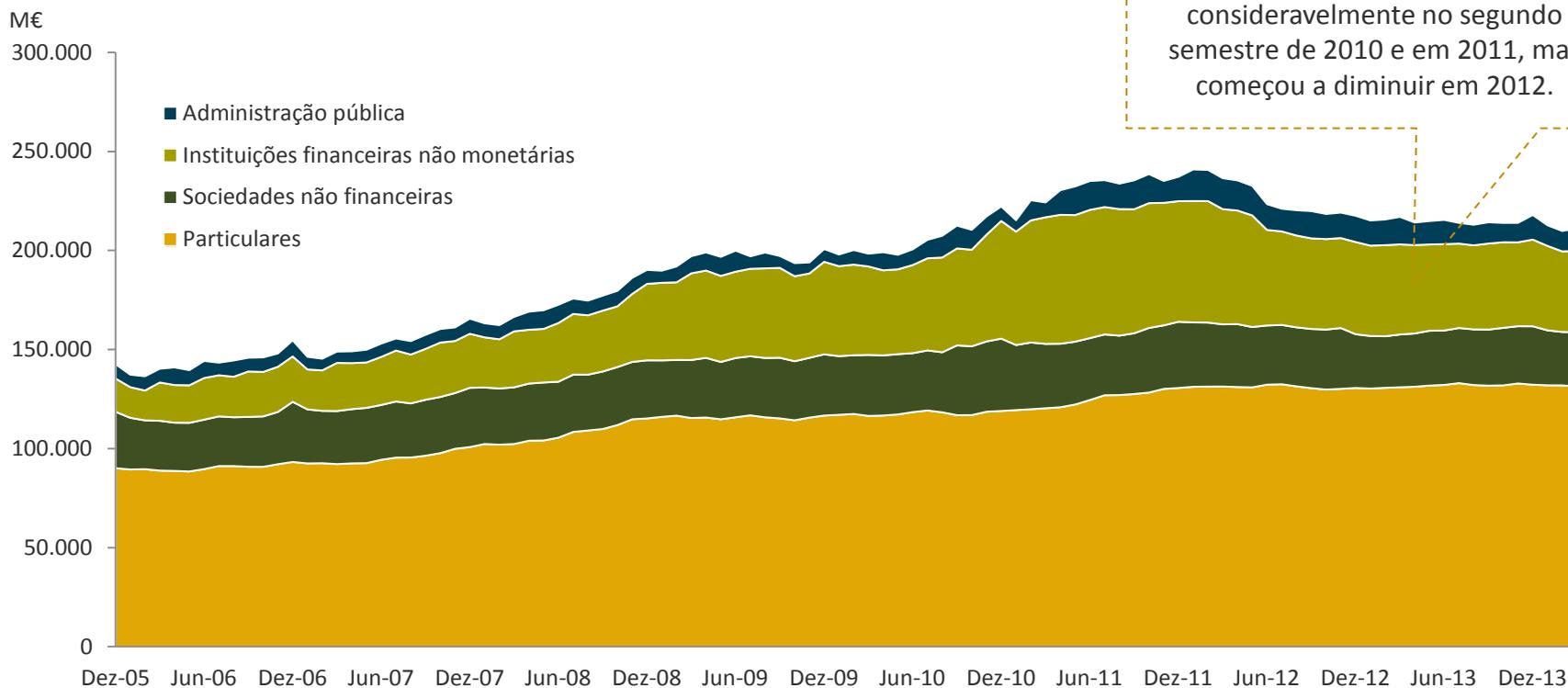
Enquanto os depósitos bancários estabilizaram desde finais de 2012, os certificados de aforro emitidos pelo Tesouro ganharam popularidade mais recentemente em detrimento das unidades de participação dos fundos de investimento.

Esta tendência expõe um efeito substituição entre produtos de investimento e poupança com diferentes perfis de risco, revelando uma maior preferência por activos cujo nível de risco é mais reduzido.

Fonte: Banco de Portugal

## Em Portugal, os depósitos são maioritariamente detidos por particulares e o seu peso tem vindo a aumentar.

### Evolução dos depósitos\* em Portugal, por sector institucional



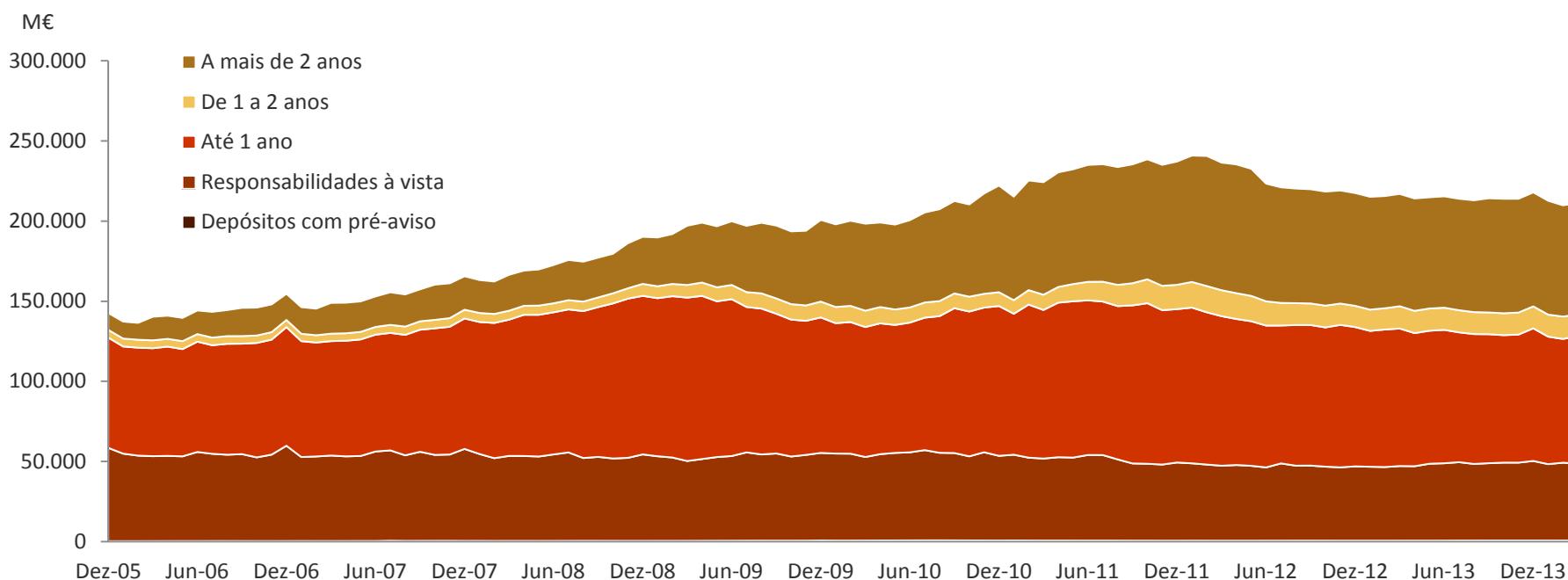
O peso das instituições financeiras não monetárias aumentou consideravelmente no segundo semestre de 2010 e em 2011, mas começou a diminuir em 2012.

\* Depósitos do sector não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: Banco de Portugal

Os depósitos com maturidade inferior a um ano são os que têm maior expressão, apesar do recente crescimento verificado nos depósitos a prazos mais longos.

### Evolução dos depósitos\* em Portugal, por prazo

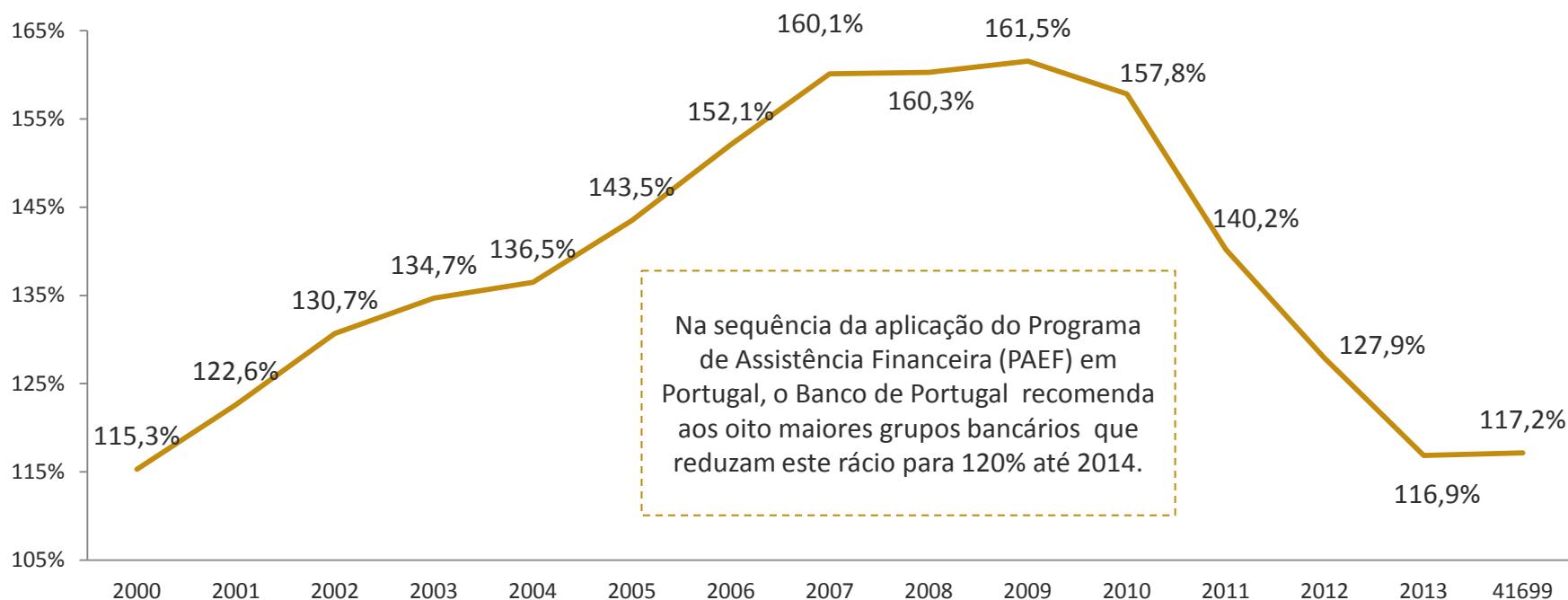


\* Depósitos do sector não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: Banco de Portugal

A diminuição do Rácio de Transformação reflecte a desalavancagem que tem vindo a ser realizada pelo sistema bancário português.

**Rácio Crédito\* / Recursos de Clientes, em base consolidada**



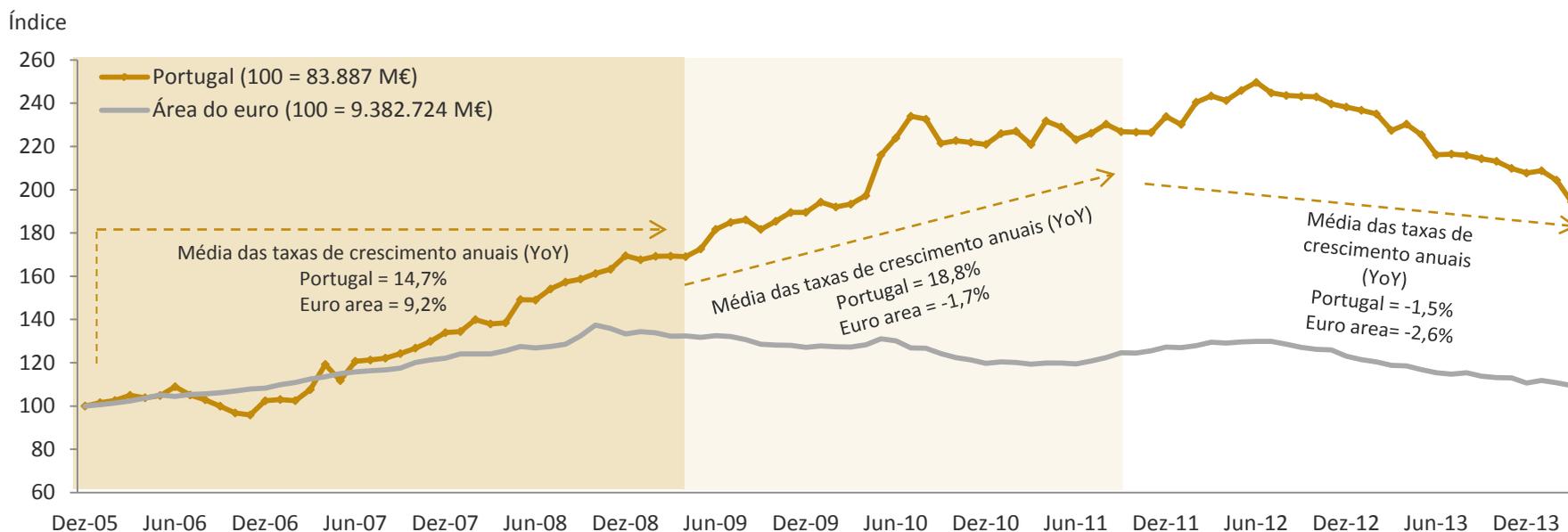
\* Crédito líquido de imparidades (inclui créditos titularizados e não desreconhecidos). Saldos em fim de período.

Fonte: Banco de Portugal

# O recurso ao financiamento por grosso por parte dos bancos portugueses cresceu a um ritmo bastante superior ao da área do Euro.

## Evolução do financiamento por grosso\*, em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)

O crescimento dos depósitos em Portugal não foi suficiente para compensar o crescimento dos activos dos bancos nacionais, conduzindo a uma maior dependência do financiamento por grosso.

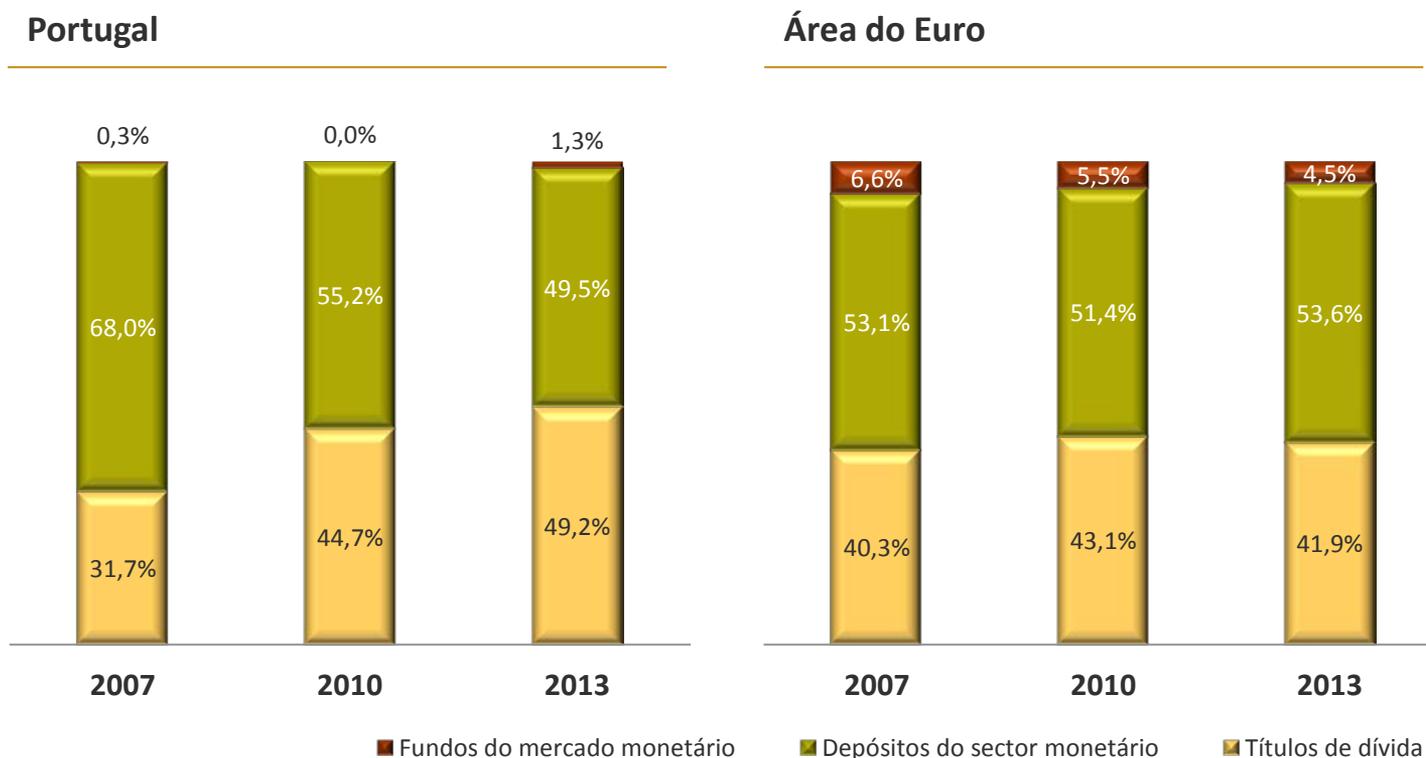


\* O financiamento por grosso inclui os depósitos do sector monetário, títulos de dívida emitidos e fundos do mercado monetário (saldos em fim de período).

Fonte: BCE

Tanto em Portugal como na área do Euro, os depósitos do sector monetário são a principal componente do financiamento por grosso do sector bancário.

### Estrutura do financiamento por grosso, por tipo de instrumento



No entanto, em Portugal, o peso do mercado de emissão de títulos de dívida aumentou face a 2007. Inclusivamente, esta fonte de financiamento tem hoje mais expressão para os bancos portugueses do que para os da área do Euro.

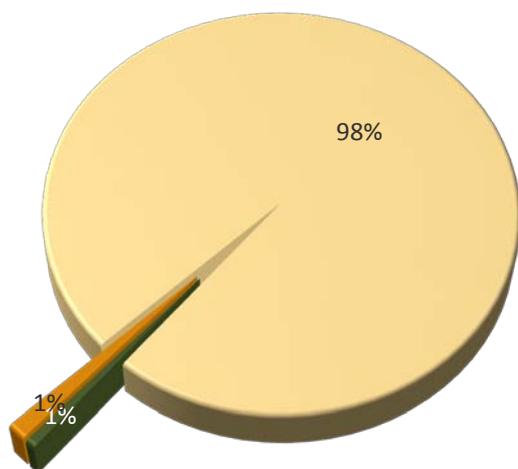
Fonte: BCE

■ Fundos do mercado monetário ■ Depósitos do sector monetário ■ Títulos de dívida

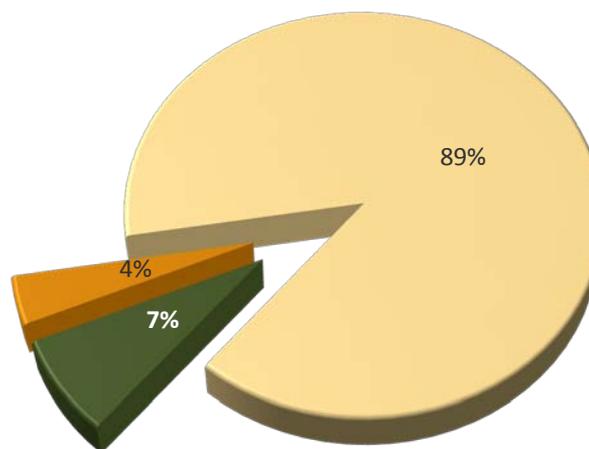
Tanto em Portugal como na área do Euro, os títulos de dívida emitidos pelos bancos são predominantemente de longo prazo.

**Estrutura dos títulos de dívida, por maturidade na data de emissão (Dezembro 2013)**

**Portugal**



**Área do Euro**

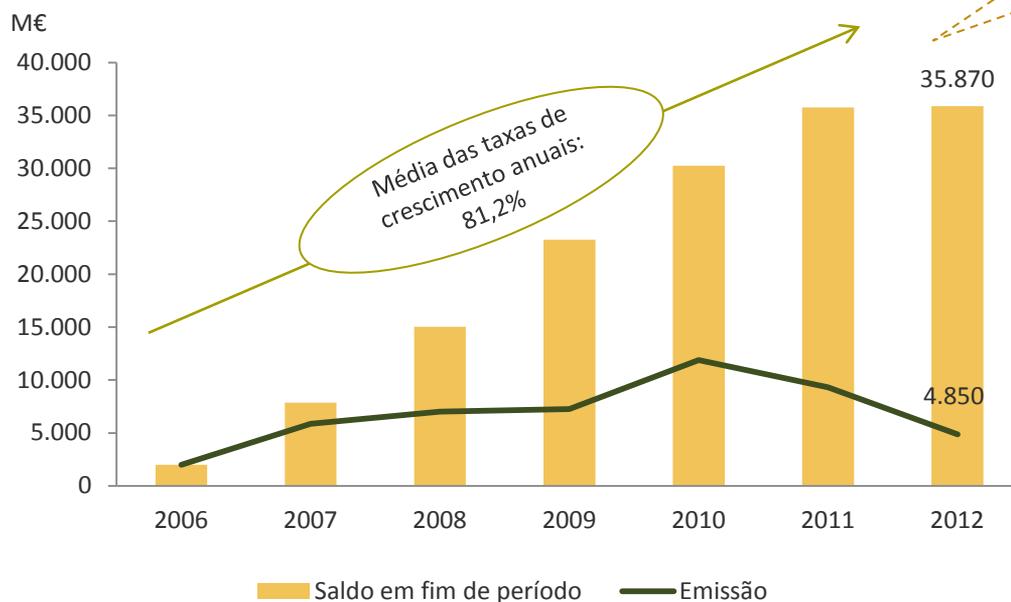


■ Até 1 ano ■ De 1 a dois anos ■ A mais de 2 anos

Ainda assim, a emissão de títulos de dívida de curto prazo assume um papel mais importante no contexto do sector bancário da área do Euro do que no português.

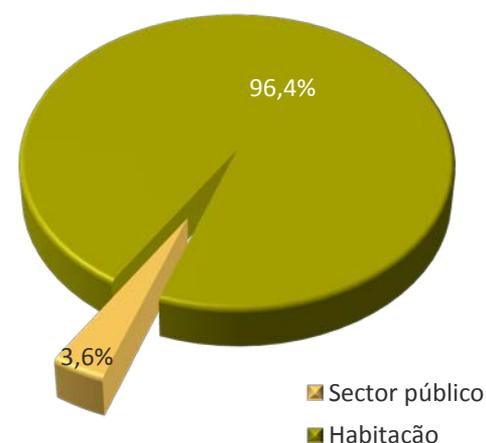
Até 2011, as *covered bonds* ganharam importância como fontes de financiamento dos bancos portugueses. No entanto, mais recentemente, o montante emitido tem vindo a diminuir.

### Emissão e saldos de *covered bonds* em Portugal



No final de 2012, o saldo de *covered bonds* representava cerca de 6,4% do financiamento dos bancos portugueses.

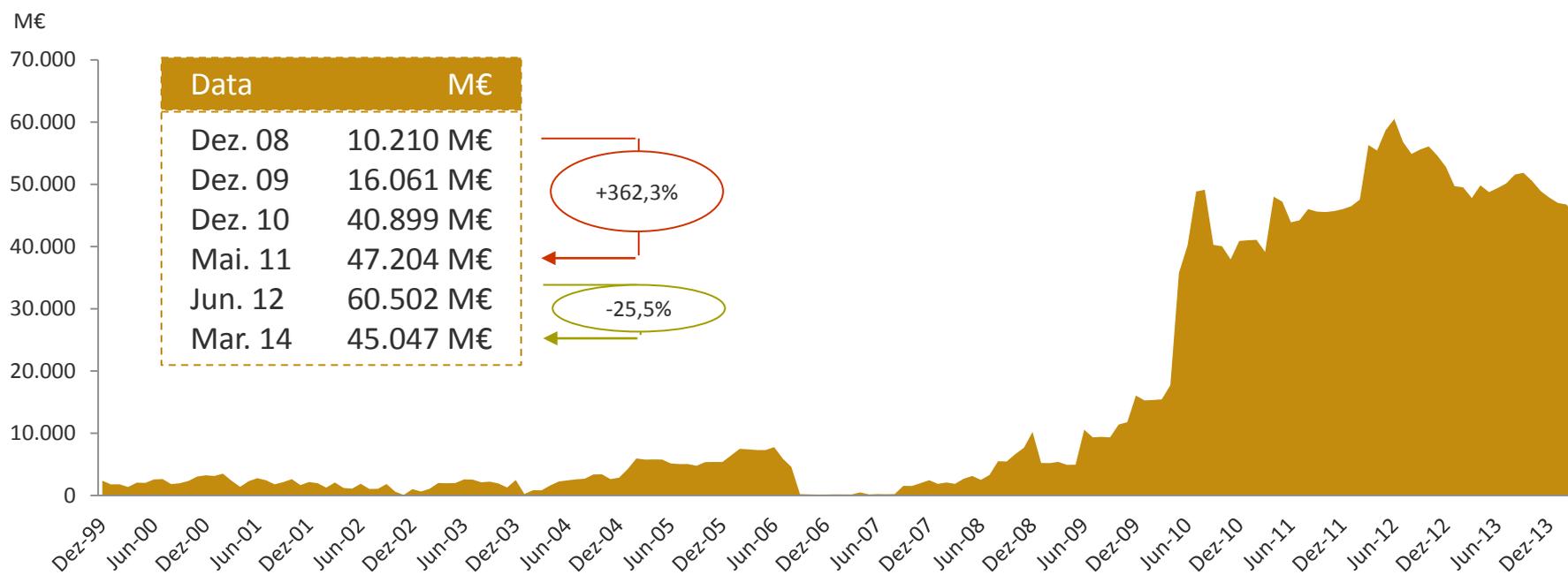
### *Covered bonds* por tipo de activo subjacente (2012)



Fonte: European Covered Bond Council, Factbook, 2013

## Restrições no acesso aos mercados interbancários contribuíram para aumentar a dependência dos bancos portugueses face ao BCE.

### Operações de cedência de liquidez do Banco Central Europeu\*



\* Saldos em fim de período.

Fonte: Banco de Portugal

Em termos percentuais, a proporção do recurso a operações de cedência de liquidez do BCE por parte dos bancos portugueses também aumentou.

**Peso dos bancos portugueses no total de operações de cedência de liquidez do BCE\***



No entanto, o esforço dos bancos portugueses em reduzir a sua quota no recurso a operações de cedência de liquidez do Eurosistema tem sido bem sucedido.

\* Operações de cedência de liquidez aos bancos portugueses em percentagem do total cedido pelo Eurosistema ao conjunto dos países da área do Euro (saldo em fim de período).

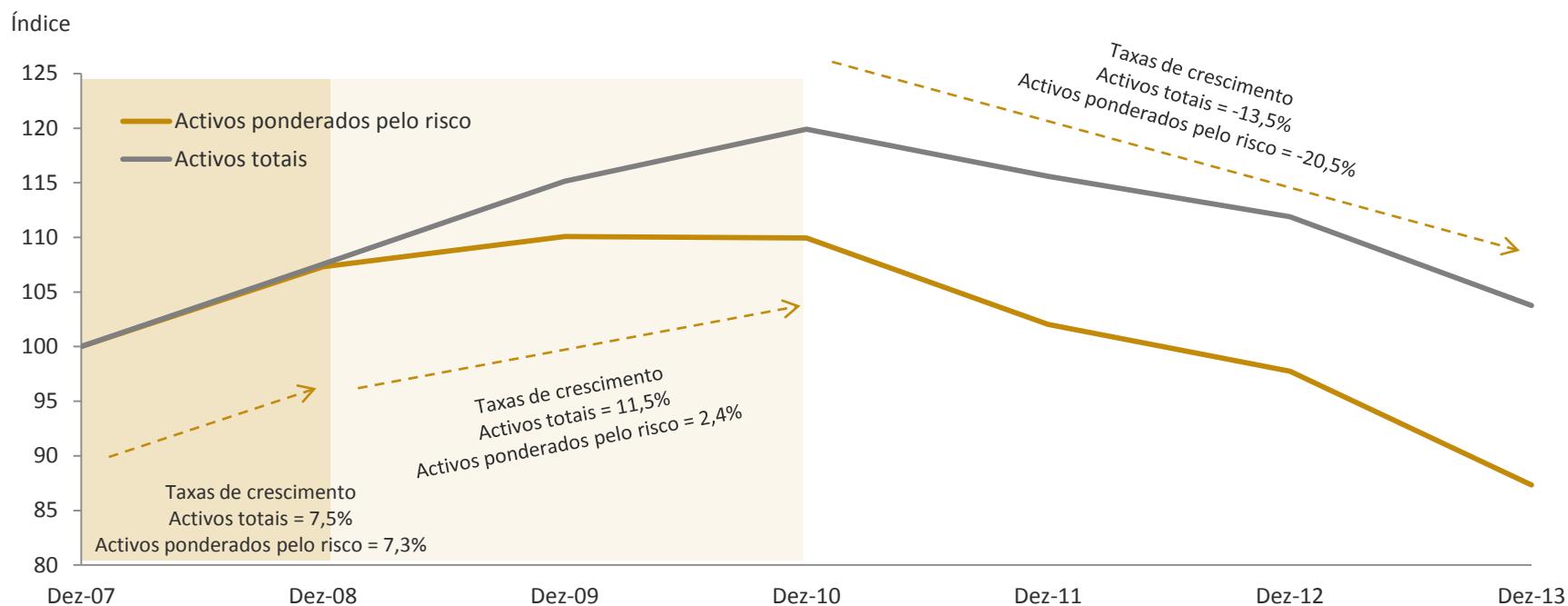
Fonte: Banco de Portugal, BCE

# ***OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS***

## **IV. Solvabilidade**

## Os activos totais têm crescido a uma taxa superior à dos activos ponderados pelo risco.

### Evolução dos activos ponderados pelo risco e dos activos totais dos bancos portugueses\* (Dez. 2007=100)

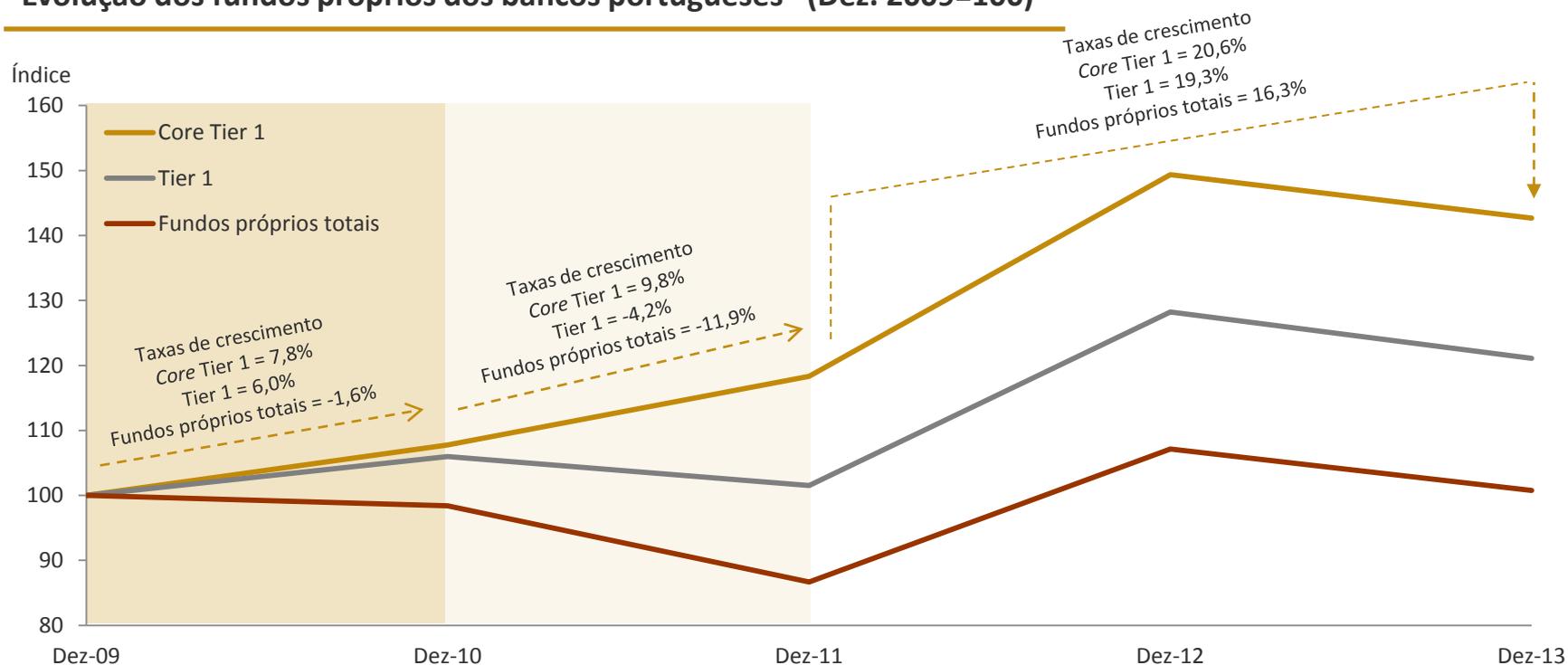


\* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada excluindo a actividade seguradora.

Fonte: BCE

## Os fundos próprios de melhor qualidade dos bancos portugueses, *core* Tier 1, aumentaram significativamente desde 2009.

### Evolução dos fundos próprios dos bancos portugueses\* (Dez. 2009=100)

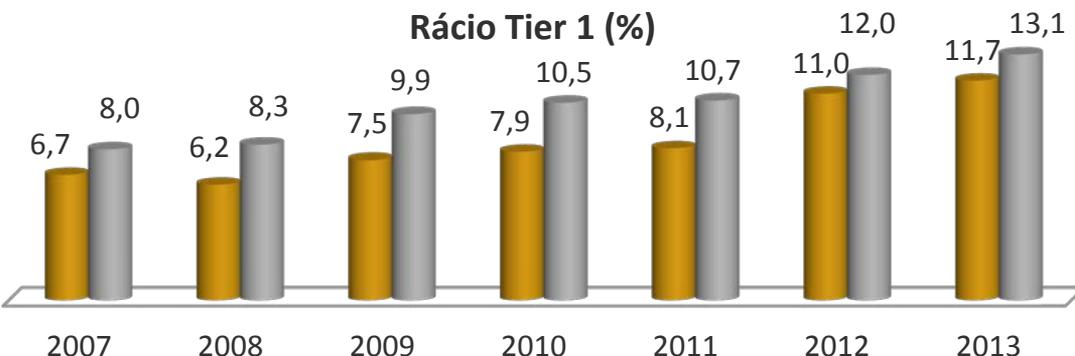


\* Dados em base consolidada.

Fonte: Banco de Portugal

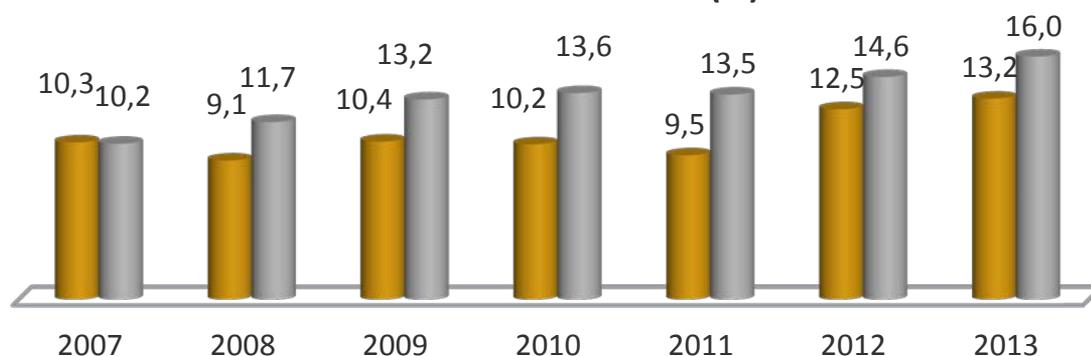
Historicamente, os níveis de capital dos bancos portugueses têm-se situado acima dos mínimos legais exigidos.

**Rácio Tier 1 (%)**



O Acordo de Basileia II impunha que o Rácio Tier 1 das instituições financeiras fosse igual ou superior a 4% e que o Rácio de Solvabilidade não fosse inferior a 8%. O novo quadro regulamentar, adoptado no seguimento do Acordo de Basileia III e em vigor desde o início de 2014, foca-se no Rácio *Common Equity Tier 1*.

**Rácio de Solvabilidade (%)**



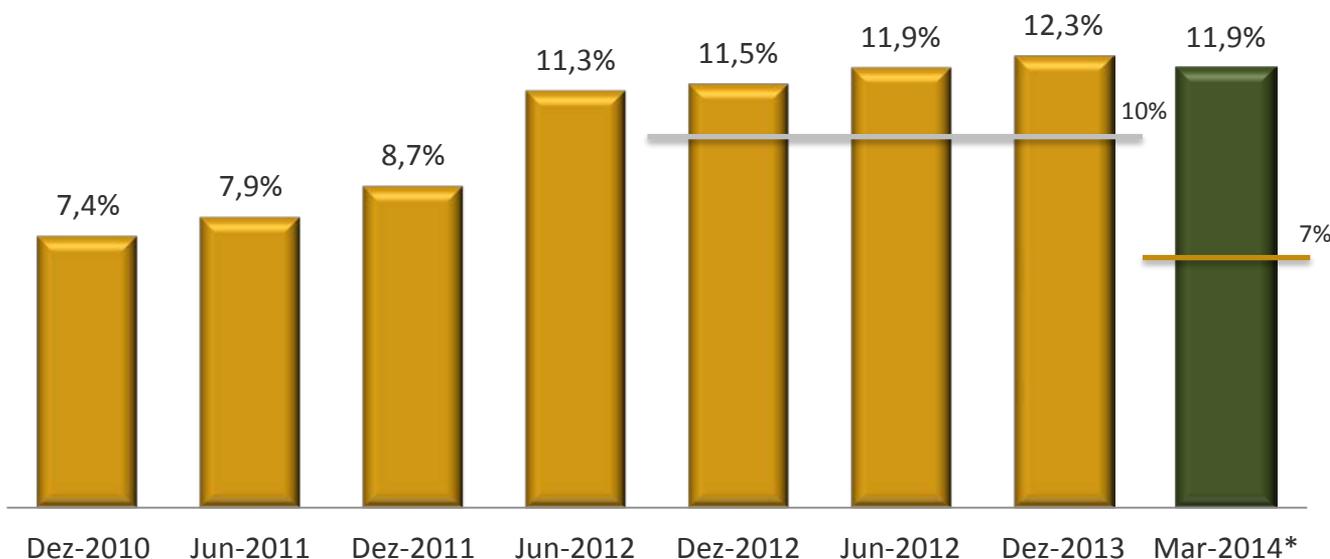
■ Portugal  
■ UE 27

\* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada excluindo a actividade seguradora.

Fonte: BCE

A situação de solvabilidade dos bancos portugueses melhorou substancialmente desde 2011 e permitiu que o novo Rácio CET 1 se situe confortavelmente acima dos requisitos mínimos exigidos.

### Rácio Core Tier 1



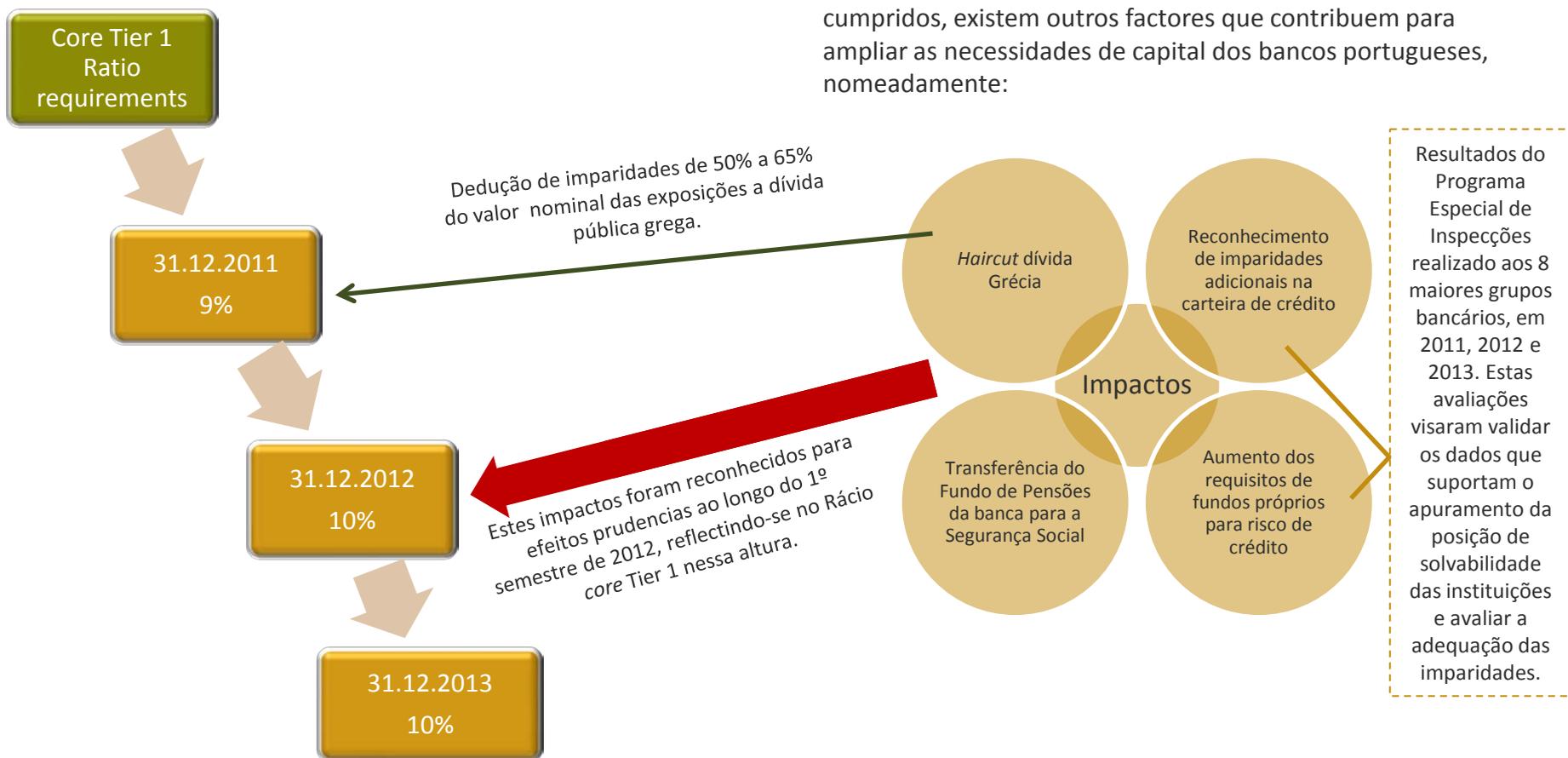
Desde o início de 2014, os bancos portugueses têm que cumprir o novo regime transitório de adequação de fundos próprios implementado pela CRD IV/CRR, que impõe um Rácio *Common Equity Tier (CET) 1* de 7%. Até finais de 2013, os bancos portugueses estavam obrigados pelo Banco de Portugal a satisfazer um Rácio *Core Tier 1* não inferior a 10%.

\* Rácio CET 1 calculado de acordo com o novo regime transitório estabelecido na CRD IV/CRR:

Fonte: Banco de Portugal

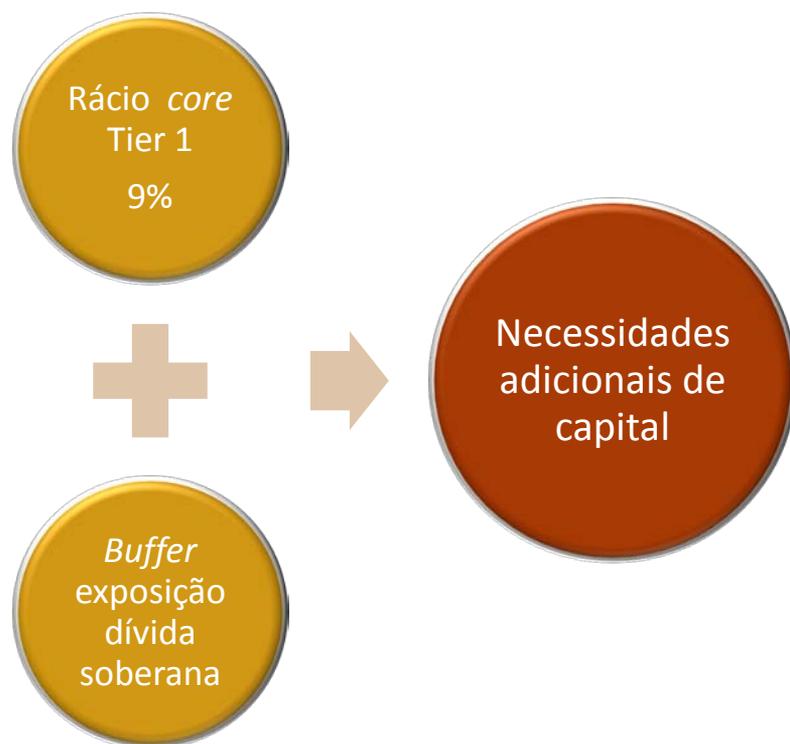
# No âmbito do Acordo de Assistência Financeira e Económica a Portugal, os bancos portugueses enfrentam, desde 2011, novos requisitos de capital.

Para além dos novos valores do rácio *core* Tier 1 a serem cumpridos, existem outros factores que contribuem para ampliar as necessidades de capital dos bancos portugueses, nomeadamente:



Fonte: APB, Banco de Portugal

Simultaneamente, também a EBA impôs maiores requisitos de capital aos bancos europeus a serem cumpridos a partir de Junho de 2012.



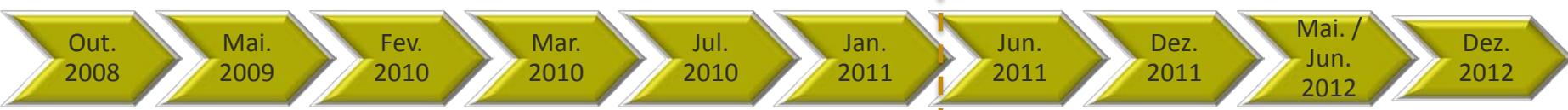
- Perante a crise da dívida soberana que assola a Europa, a Autoridade Bancária Europeia, em conjunto com outras entidades europeias, estabeleceu algumas medidas que visam fortalecer a resiliência do sector bancário.
- Desta forma, foram introduzidos novos requisitos de capital por via de duas formas distintas, nomeadamente:
  - Aumento do rácio *core* Tier 1 de 4,5% para 9%;
  - Constituição de um *buffer* de capital para fazer face à exposição a dívida soberana a 30 de Setembro de 2011.

# **OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS**

V. Regimes de Recapitalização  
Pública e de Concessão de  
Garantias Pessoais pelo Estado  
a favor das Instituições de  
Crédito

# Cronologia dos regimes de recapitalização pública e de concessão de garantias pessoais pelo Estado a favor das instituições de crédito

**Programa de Assistência Económica e Financeira**



## Regime de Garantias

Regime aprovado até Dez 2009 €20.000 M	Orçamento alterado €16.000 M	Prorrogação até Jun 2010 Orçamento alterado € 9.150 M		Prorrogação até Dez 2010	Prorrogação até Jun 2011	Prorrogação até Dez 2011 Orçamento alterado € 35.000 M	Prorrogação até Jun 2012	Prorrogação até Dez 2012	Prorrogação até Jun 2013
-------------------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------------------------------	--	--------------------------	--------------------------	--------------------------------------------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

## Regime de Recapitalização

	Regime aprovado até Nov 2009 € 4.000 M		Prorrogação até Jun 2010 Orçamento alterado € 3.000 M*	Prorrogação até Dez 2010	Prorrogação até Jun 2011	Prorrogação 31 Dez 2011 Orçamento alterado € 12.000 M		Prorrogação até Dez 2012	Prorrogação até Dez 2013
--	-------------------------------------------	--	--------------------------------------------------------------	--------------------------	--------------------------	-------------------------------------------------------------	--	--------------------------	--------------------------

Lei nº 60-A/2008	Lei nº 63-A/2008	Lei nº 3-B/2010
------------------	------------------	-----------------

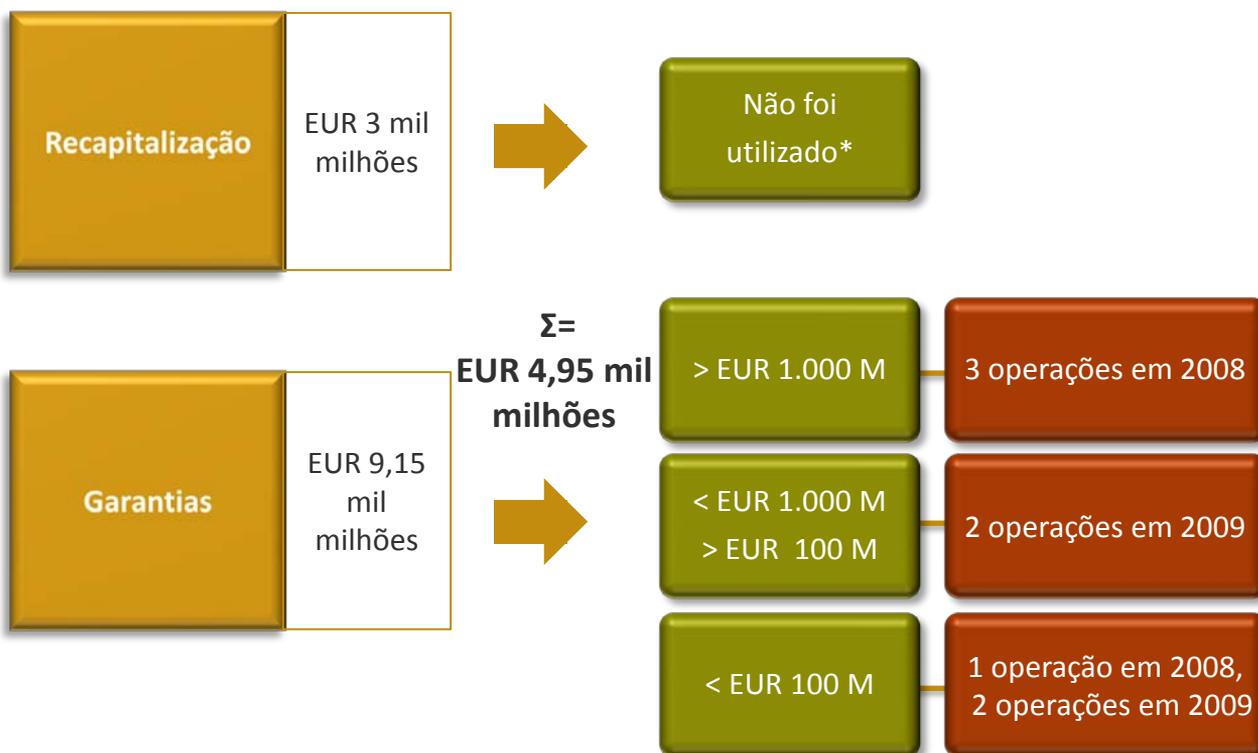
Lei nº 48/2011 Lei nº 4/2012
---------------------------------

\* A utilização de ambos os regimes não pode exceder EUR 9.150 M.

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

# Os bancos portugueses ultrapassaram a crise financeira sem apoio estatal em termos de recapitalização...

## Regimes de apoio estatal utilizados até fim de Junho de 2011



Até fim de Junho de 2011:

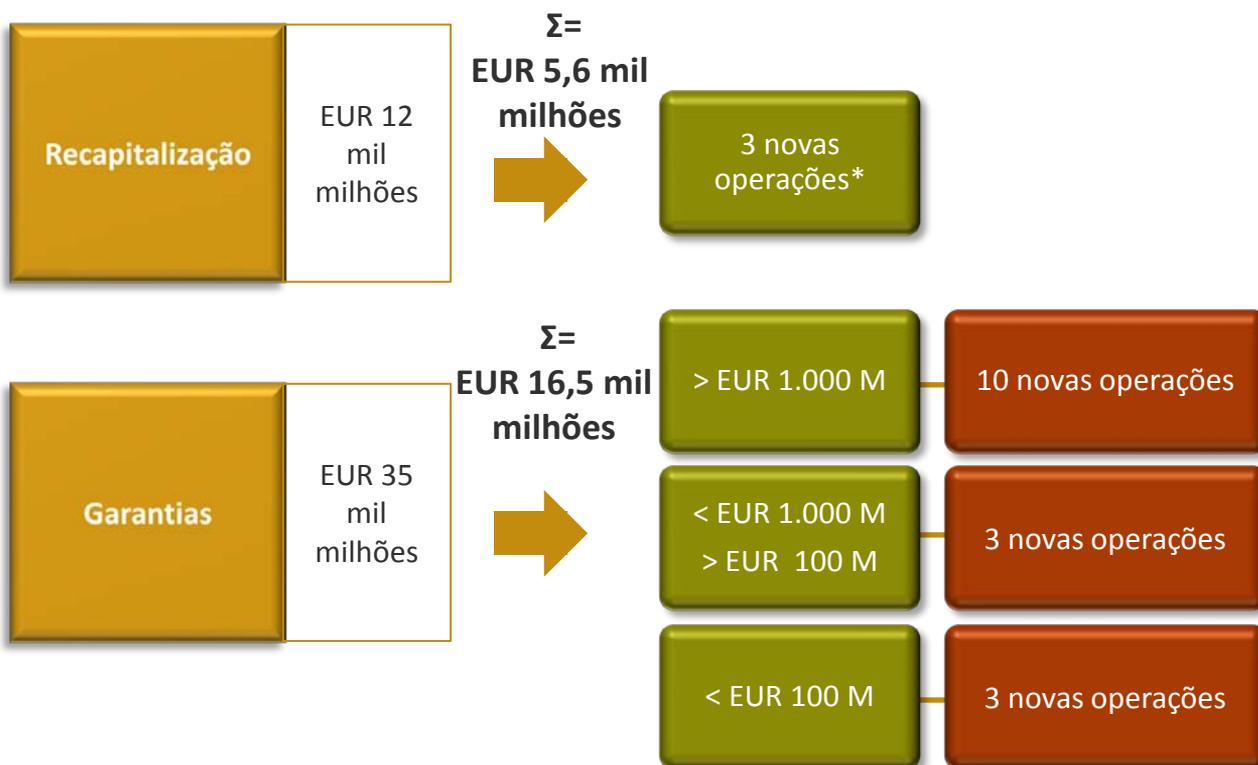
- 6 bancos (incluindo a CGD) tinham utilizado o regime de garantias;
- 2 operações no valor de EUR 75 M tinham sido amortizadas (uma em 2009 e outra em 2010);
- O montante de garantias em vigor totalizava EUR 4.875 M, correspondente a 53% do orçamento existente.

\* Não foi utilizado por bancos privados. Em Dezembro de 2010, a CGD aumentou o seu capital em EUR 550 M, dos quais EUR 56 M procederam do orçamento do regime de recapitalização.

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

... entretanto, a crise da dívida pública levou ao aumento da utilização de garantias concedidas pelo Estado.

### Regimes de apoio estatal utilizados desde Julho de 2011

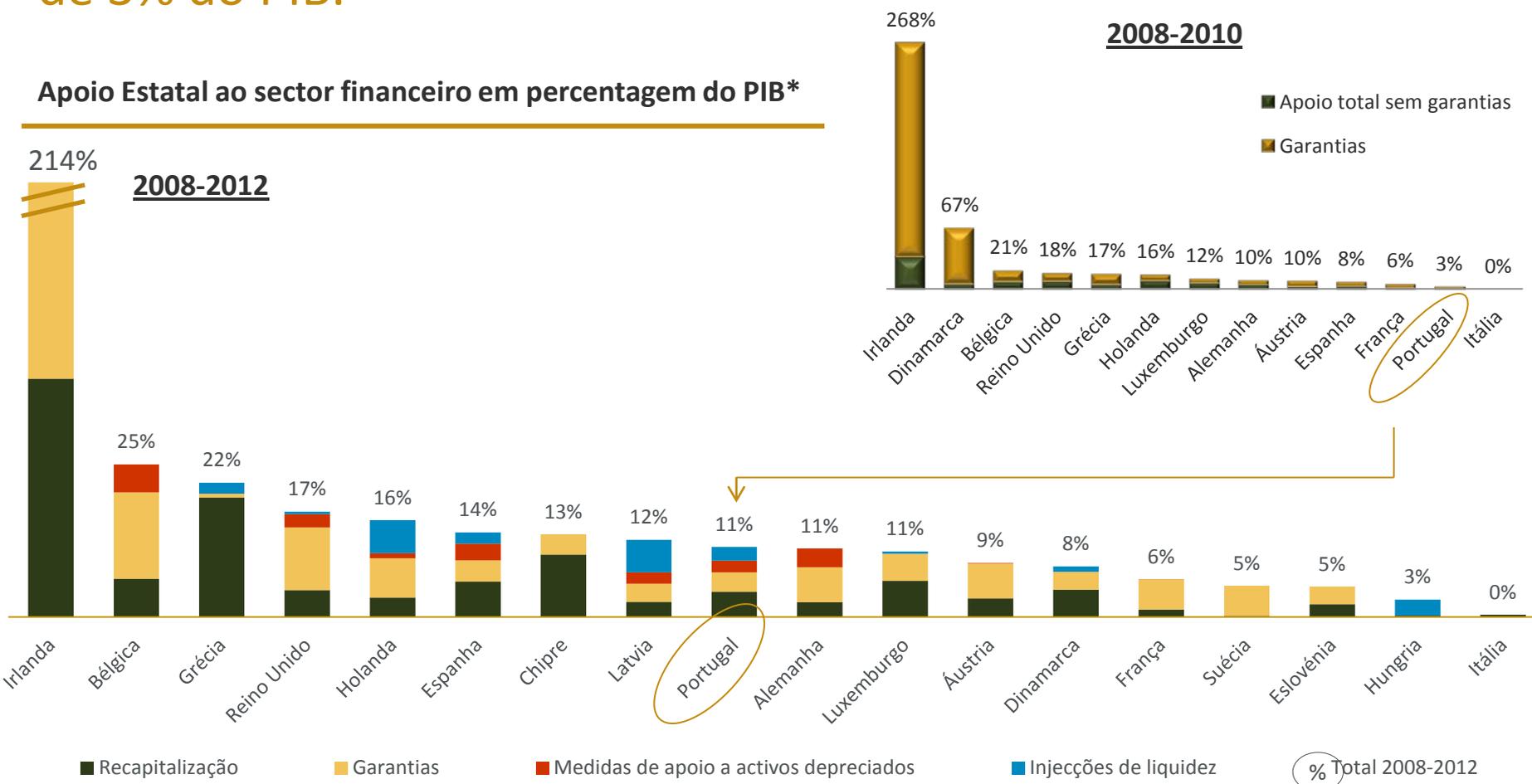


- Desde Julho de 2011:
  - 6 bancos usaram o regime de garantias em novas operações de financiamento;
  - As novas operações ascenderam a EUR 16.525 M, o correspondente a 47,2% do orçamento respectivo.
- No final de Maio de 2014, os bancos que recorreram ao regime de recapitalização já tinham reembolsado EUR 2,175 mil milhões. O montante utilizado à data era de EUR 3,425 mil milhões.

\* Não inclui a recapitalização da CGD, em Junho de 2012, no valor de EUR 1.65 milhões.  
Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

# A ajuda estatal utilizada pelos bancos portugueses até 2010 foi de 3% do PIB.

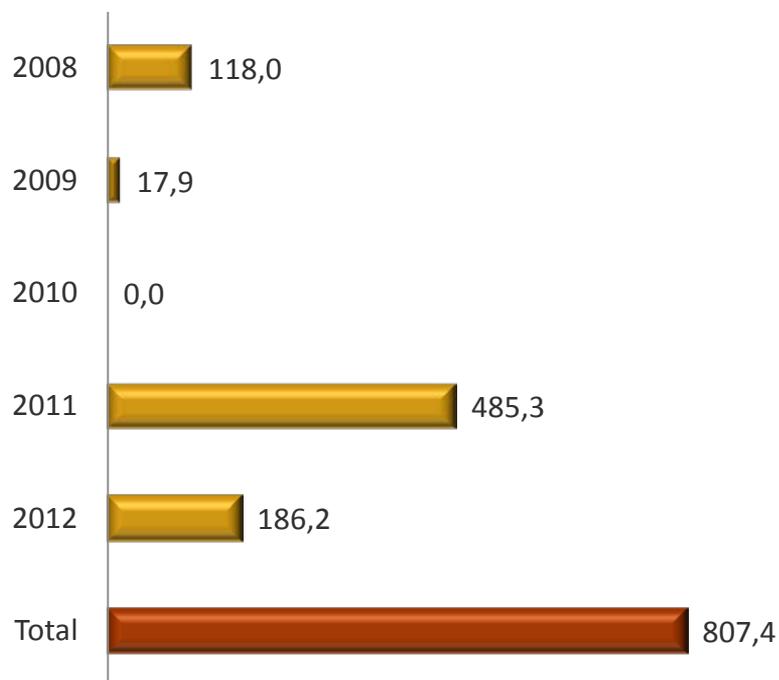
**Apoio Estatal ao sector financeiro em percentagem do PIB\***



\* Os dados das garantias e das injeções de liquidez são relativos a 2009, quando ocorreu o pico da utilização destes instrumentos na Europa.  
Fonte: Comissão Europeia

## Custo suportado pelas instituições de crédito com comissões de garantia

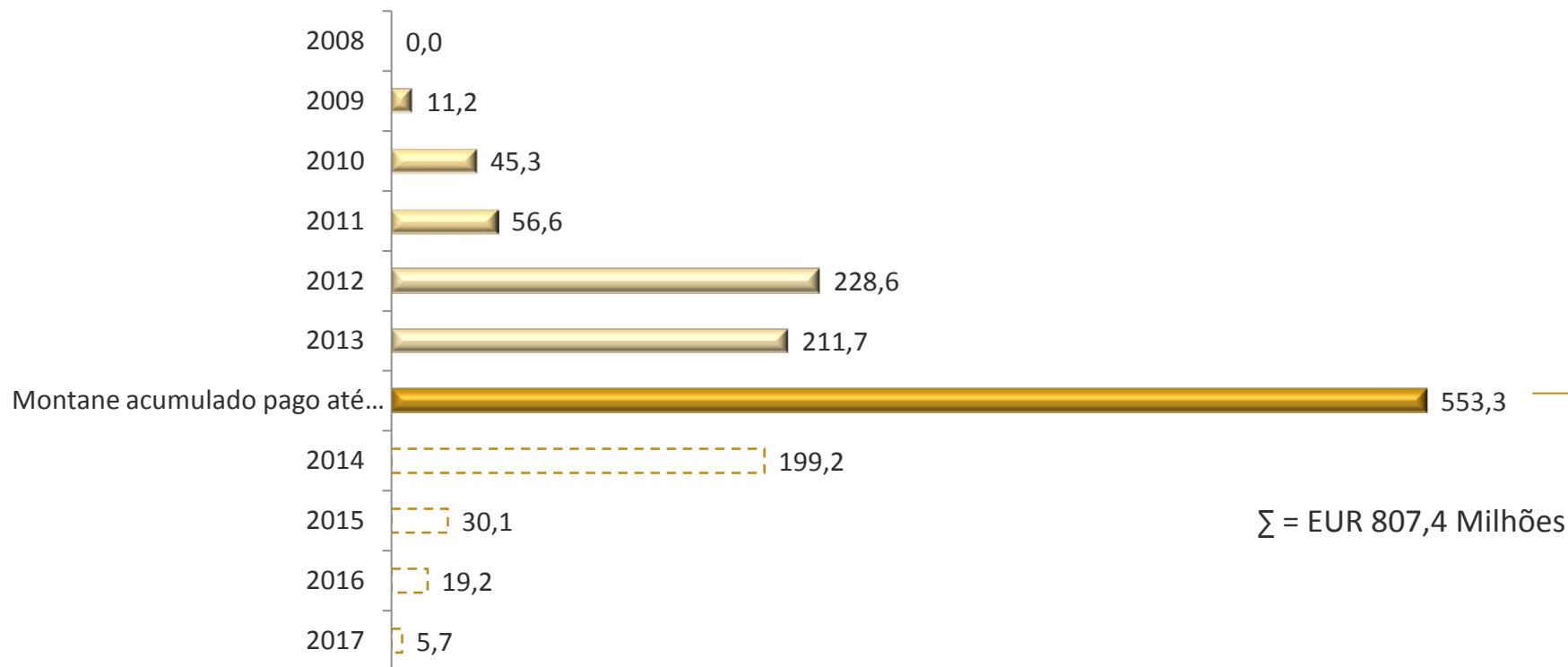
**Custo total associado às garantias concedidas em cada ano (Milhões EUR)**



- Para o crescimento do custo das comissões contribuiu não só o maior volume de garantias concedidas em 2011, como também o efeito preço proveniente do aumento da taxa média de comissão de garantia sobre as novas operações, em 39 pontos base aproximadamente.

# Comissões de garantia pagas e a pagar pelas instituições de crédito

## Comissões pagas e a pagar anualmente\* (Milhões EUR)



\* Estimativas.

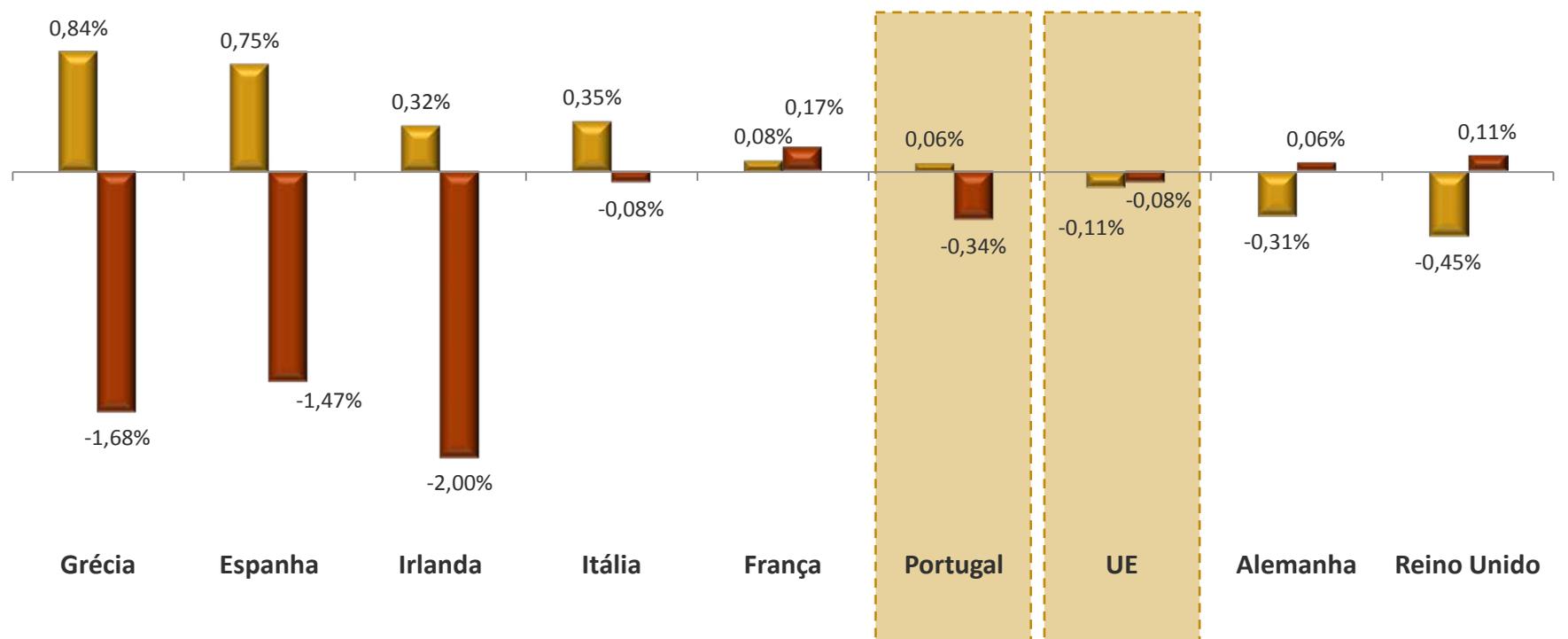
Fonte: APB, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

# **OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS**

## VI. Rentabilidade

A rentabilidade dos activos bancários portugueses diminuiu ao longo dos últimos anos, tal como aconteceu em vários países europeus.

**Rentabilidade dos Activos (ROA - Return on Assets)\* (2008 vs. 2012)**



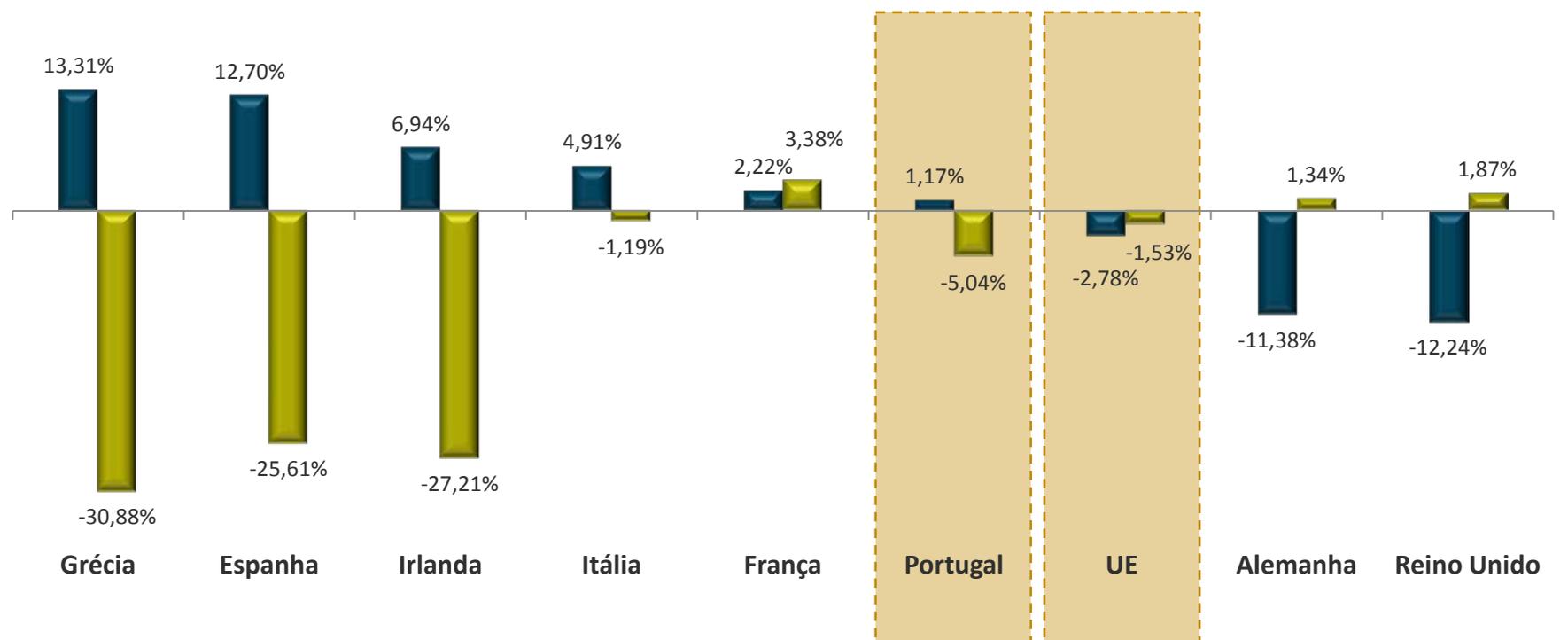
\* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada.

Fonte: BCE

■ 2008 ■ 2012

Verifica-se um comportamento semelhante ao analisar a rentabilidade dos capitais próprios, tanto dos bancos portugueses como de vários países da europa.

**Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE - Return on Equity)\* (2008 vs. 2012)**

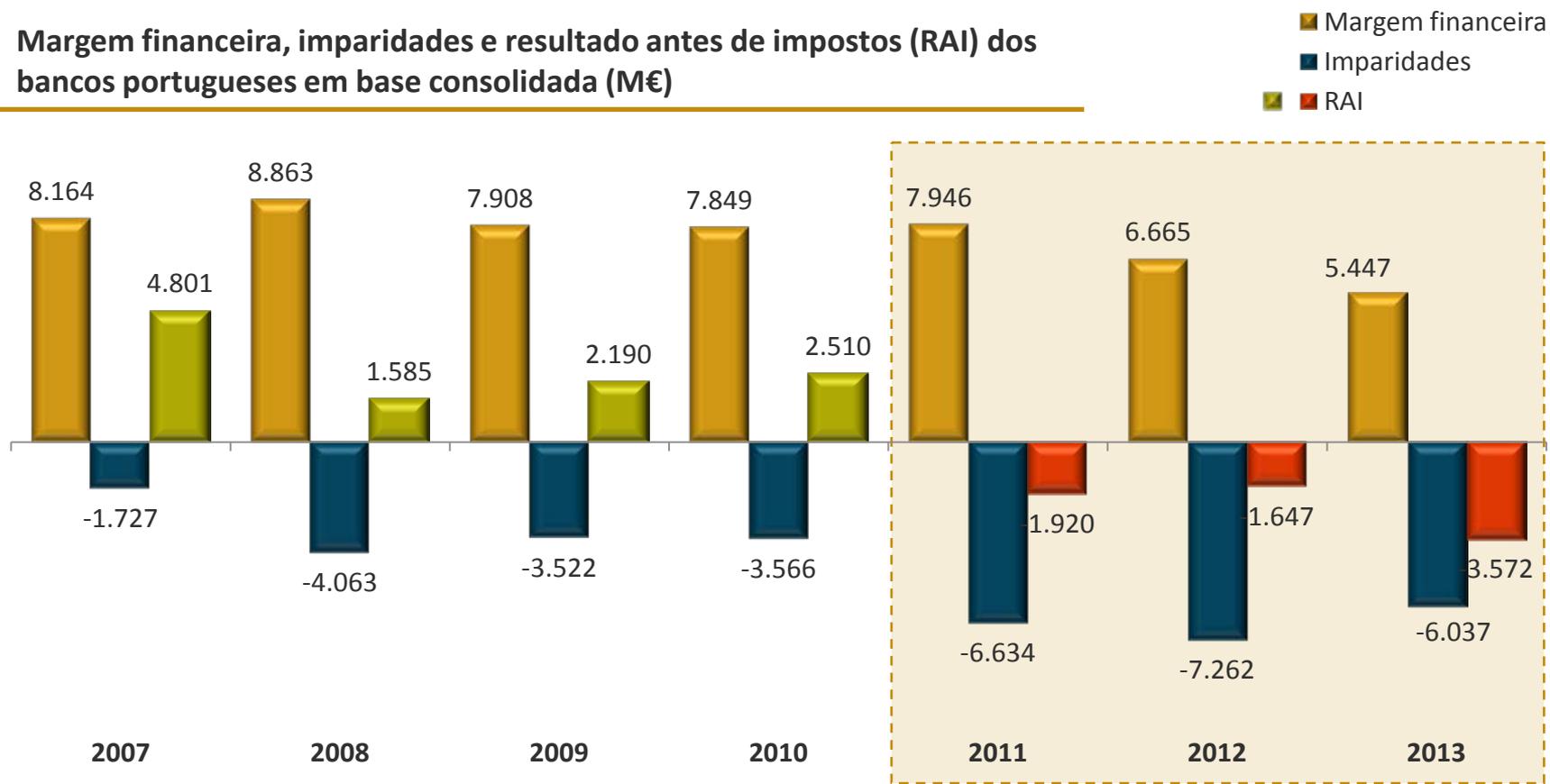


\* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada.

Fonte: BCE

O aumento do risco de crédito em Portugal conduziu ao aumento das imparidades registadas pelos bancos, o que afectou os seus resultados.

**Margem financeira, imparidades e resultado antes de impostos (RAI) dos bancos portugueses em base consolidada (M€)**



Fonte: Banco de Portugal

Desde 2011, o Banco de Portugal conduziu várias inspecções aos maiores grupos bancários portugueses afim de avaliar se os mesmos tinham registado um nível de imparidades adequado



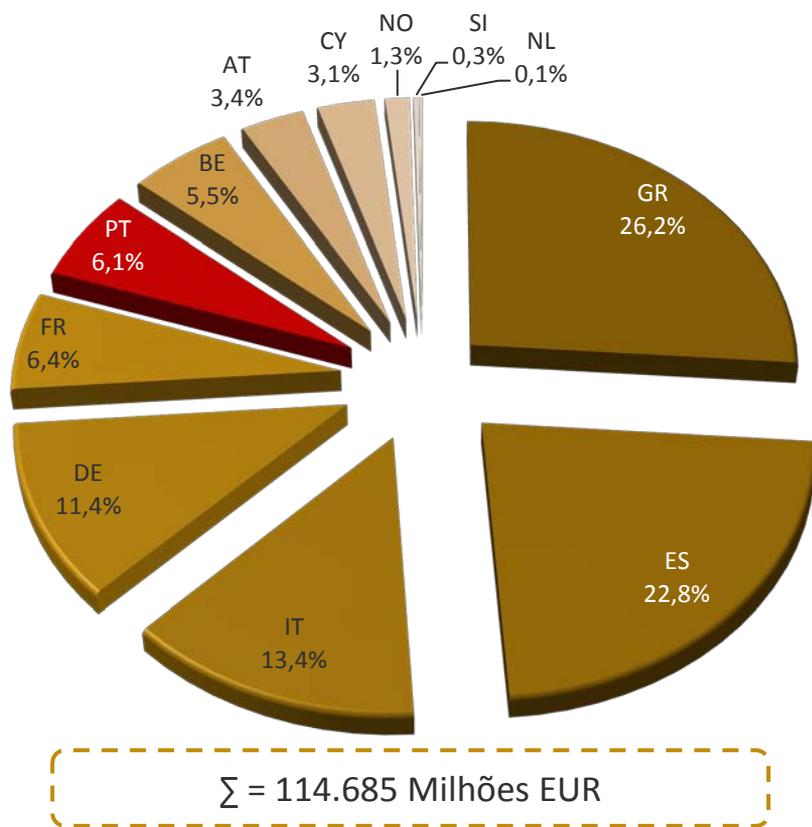
	1º Exercício 2º semestre 2011	2º Exercício 2º semestre 2012	3º Exercício Jun – Jul 2013	4º Exercício Out 2013 – Mar 2014
<b>Data de referência:</b>	30 Junho 2011	30 Junho 2012	30 Abril 2013	30 Setembro 2013
<b>Âmbito:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação da carteira de crédito (EUR 281 mil milhões - 72% a 100% da carteira total de cada banco)</li> <li>Validação dos requisitos de capital para risco de crédito</li> <li>Avaliação dos parâmetros e metodologias utilizadas nos exercícios de <i>stress-test</i>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação da carteira de crédito – exposição aos sectores da construção e imobiliário em Portugal e em Espanha (analisada 56% da população – EUR 69 mil milhões).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação da carteira de crédito (analisados EUR 93 mil milhões)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>12 grupos económico (EUR 9,4 mil milhões)</li> </ul>
<b>Resultados:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidades de reforço de imparidades: EUR 596 M</li> <li>Aumento dos requisitos de capital: 0.6%</li> <li>Impacto no Rácio Tier 1 ratio: de 9,1% para 8,8%</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidades de reforço de imparidades: EUR 474 M</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidades de reforço de imparidades: EUR 1,127 mil milhões (reforçados até 30 de Junho de 2013)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidades de reforço de imparidades: EUR 1,003 mil milhões</li> </ul>

Fonte: Banco de Portugal

# *OVERVIEW* DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

Anexos

## Os resultados do Exercício Europeu de Reforço de Capitais revelaram necessidades de capital para bancos de 12 países da Europa.

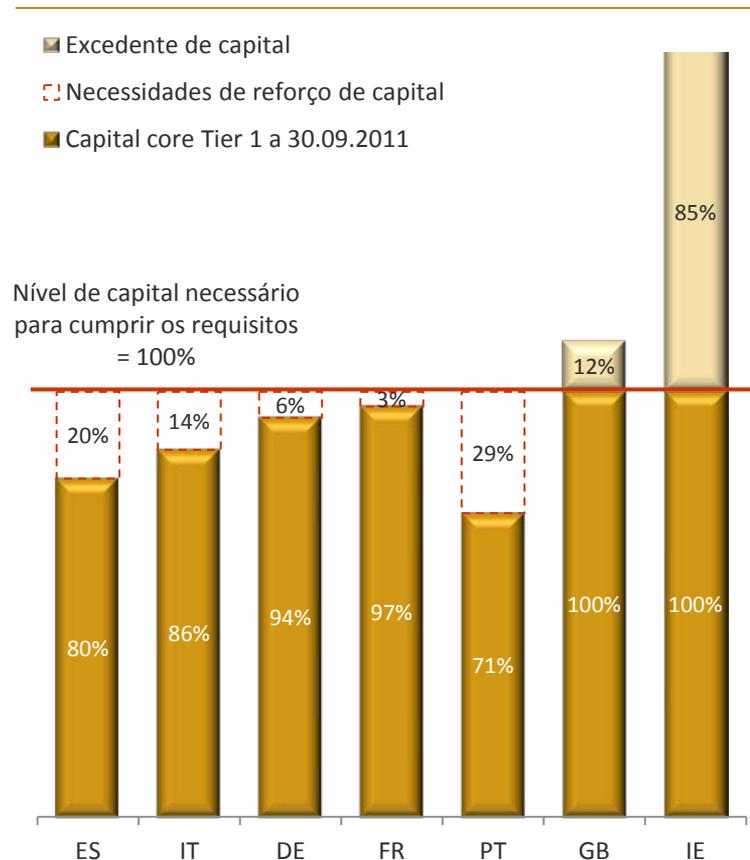


- Em Dezembro de 2011, a Autoridade Bancária Europeia apresentou os resultados da avaliação realizada ao capital dos grupos bancários que integraram o exercício de *stress-tests* de Julho de 2011, tendo em conta o valor de mercado das suas exposições a dívida soberana e do seu capital, a 30 de Setembro de 2011.
- Deste exercício resultou que as necessidades adicionais de capital, para cumprir os 2 requisitos impostos a todos os bancos europeus, se situavam nos 114.685 milhões de euros.
- Para os bancos portugueses incluídos no exercício foi detectada uma necessidade de capital *core* Tier 1 de cerca de 6.950 milhões de euros.

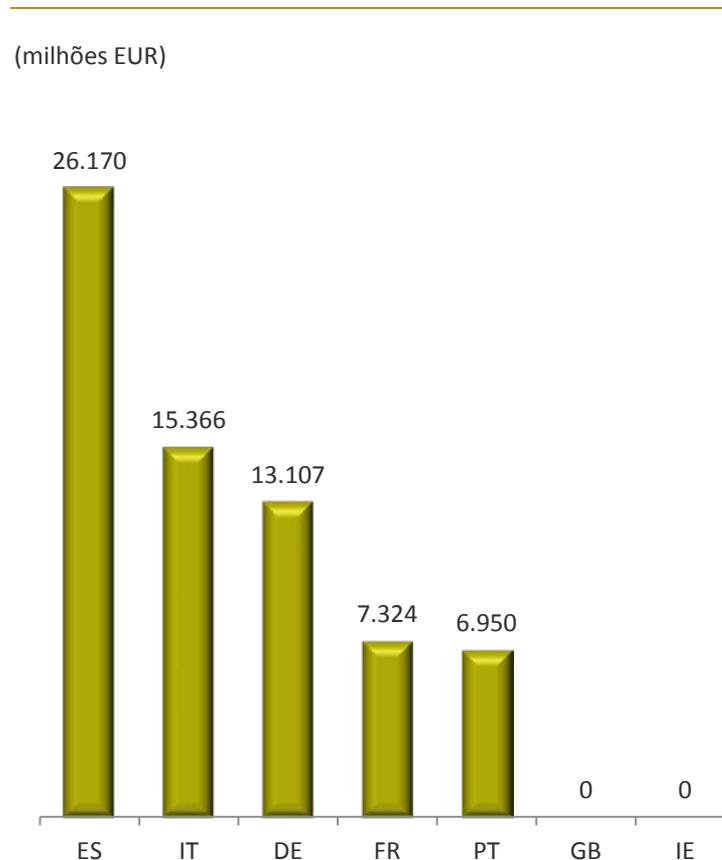
Fonte: APB, EBA

# Resultados do Exercício Europeu de Reforço de Capitais

## Capital core Tier 1



## Necessidades de reforço de capital\*

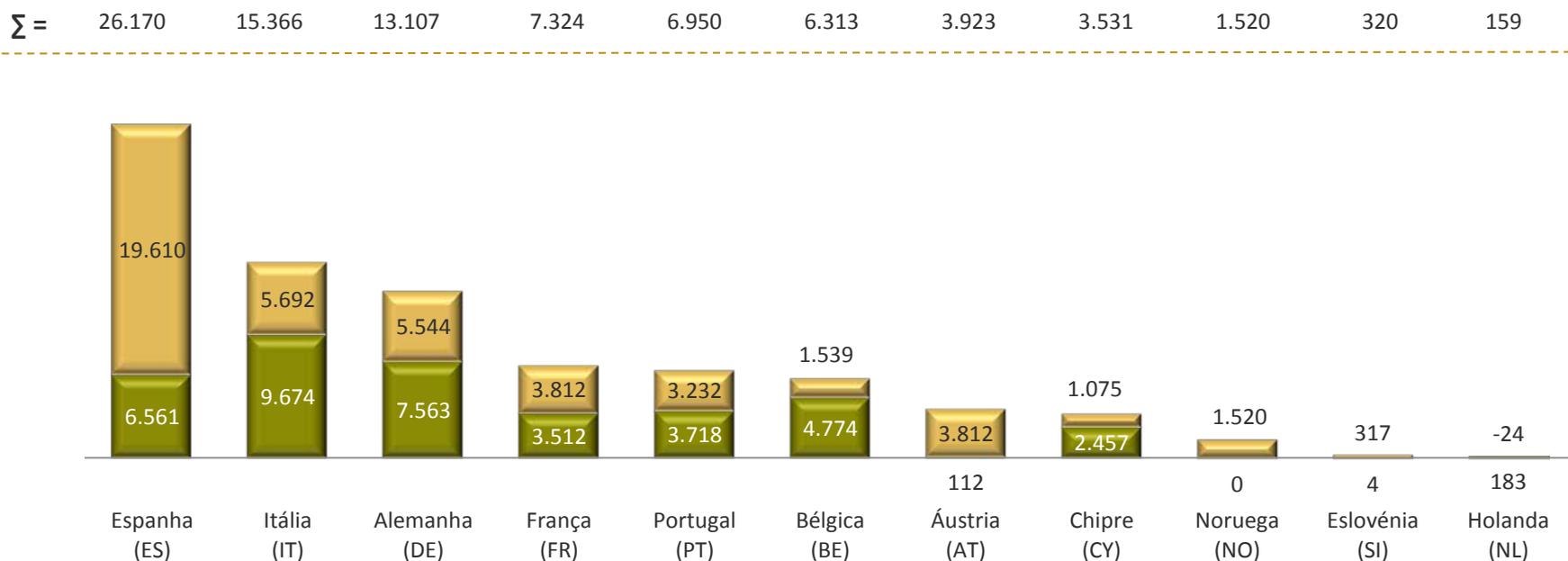


\* A 30.09.2011.

Fonte: APB, EBA

Para os bancos portugueses, as necessidades de capital detectadas resultavam tanto da exposição a dívida soberana como do aumento do rácio mínimo exigido.

### Origem das necessidades adicionais de capital, por país



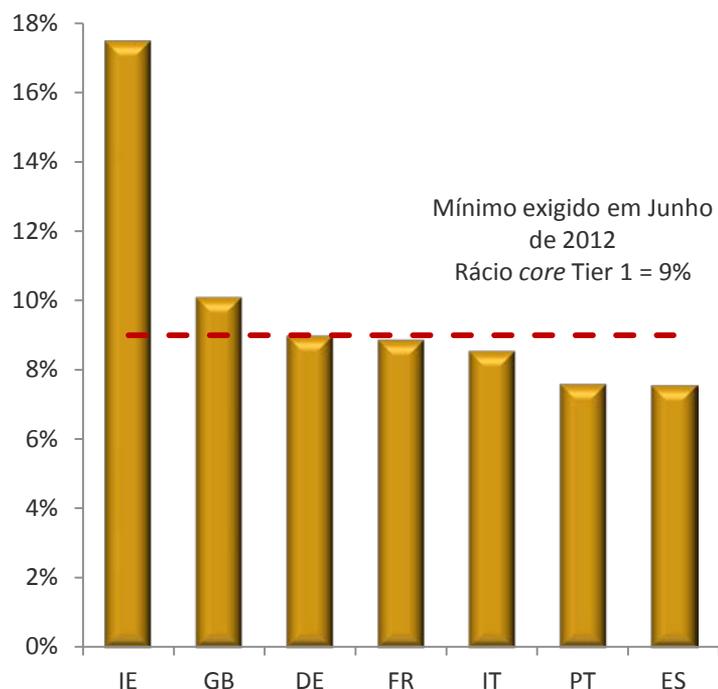
■ Constituição do buffer de exposição a dívida soberana

■ Aumento do rácio core Tier 1 e alteração do cálculo dos activos ponderados pelo risco

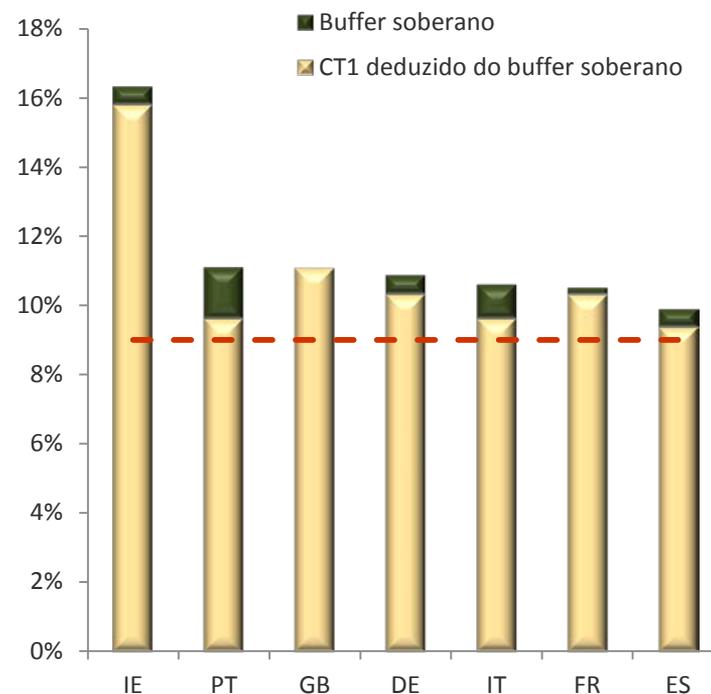
Fonte: APB, EBA

Após o exercício de recapitalização, os níveis de capital dos bancos portugueses aumentaram significativamente, inclusivamente quando comparados com os seus pares Europeus.

**Rácio *core* Tier 1 a 30.09.2011**



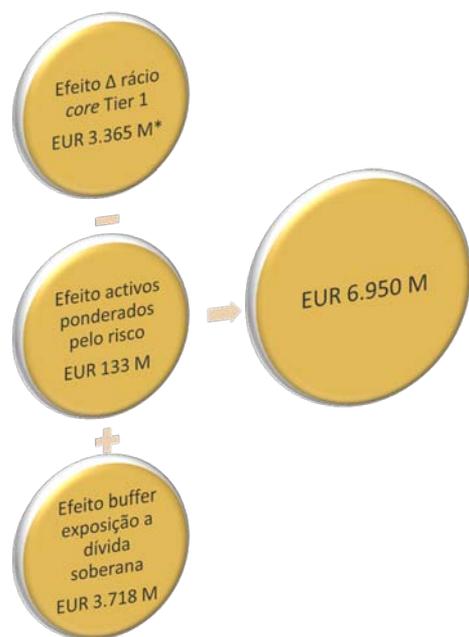
**Rácio *core* Tier 1 a 30.06.2012**



Fonte: APB, EBA

Os requisitos impostos a nível europeu vieram agravar as necessidades de capital entretanto impostas pelas autoridades nacionais.

### Decomposição das necessidades adicionais de capital dos 4 bancos portugueses que participaram na avaliação da EBA (Dezembro 2012)

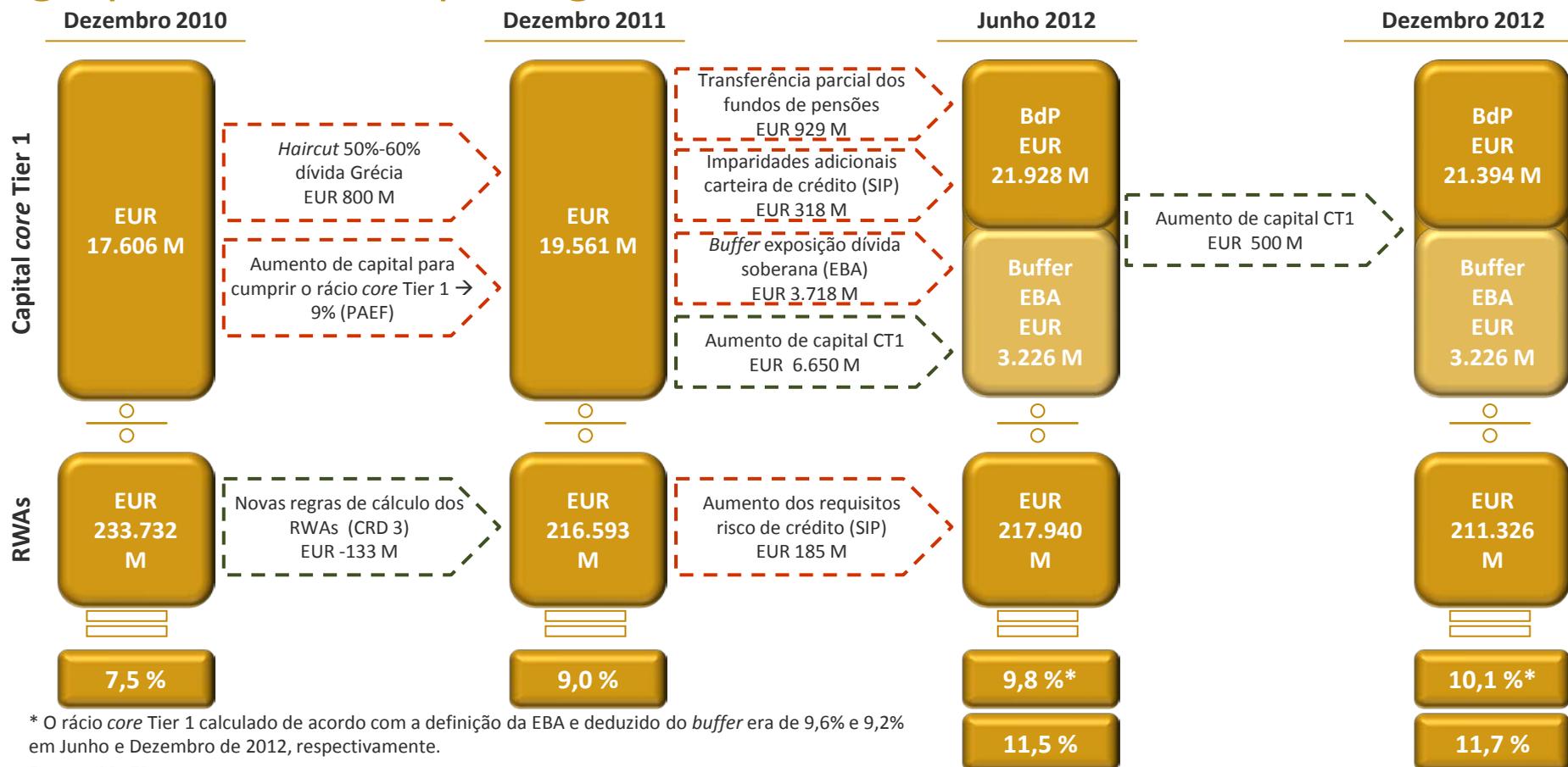


\* Não inclui o efeito da redução dos activos ponderados pelo risco.

Fonte: APB, EBA

- A estimativa da Autoridade Bancária Europeia não incluiu os impactos sobre o capital *core* Tier 1 dos eventos que ocorreram em 2011 e que apenas se reflectiram nos níveis de capital para efeitos prudenciais em 2012, nomeadamente as imparidades adicionais da carteira de crédito, as alterações aos requisitos de fundos próprios para risco de crédito, o *haircut* aplicado à dívida grega exigido pelo Banco de Portugal e a transferência do fundo de pensões da banca para a segurança social.
- Desta forma, as necessidades efectivas de capital até Junho de 2012 foram superiores aos valores apurados na altura do Exercício Europeu de Reforço de Capitais.
- Adicionalmente, os bancos portugueses tiveram de cumprir, em Dezembro de 2012, o aumento do rácio *core* Tier 1 de 9% para 10%, o que implicou novas necessidades de capital.

# Os requisitos impostos e eventos extraordinários ocorridos recentemente afectaram os níveis de capital dos 4 maiores grupos bancários portugueses.

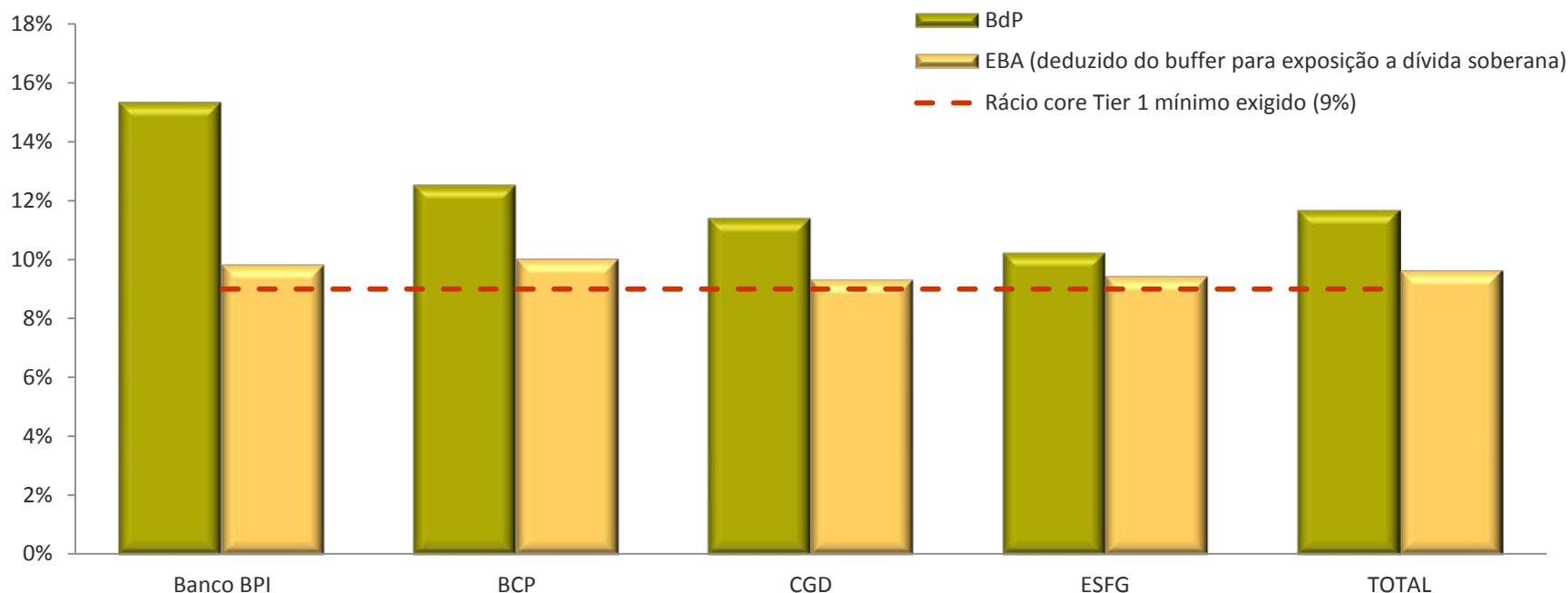


\* O rácio core Tier 1 calculado de acordo com a definição da EBA e deduzido do buffer era de 9,6% e 9,2% em Junho e Dezembro de 2012, respectivamente.

Fonte: APB, EBA

Os bancos portugueses conseguiram cumprir todos os requisitos de capital que lhe foram impostos e desta forma fortalecer as suas posições de solvabilidade.

**Rácio *core* Tier 1 dos grupos bancários portugueses (em 30.06.2013)**



Fonte: APB, EBA

# *OVERVIEW* DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS